



Hinc patriam sustinet

Instituto Superior de Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA CARACTERIZAÇÃO DOS SECTORES OLÍVICOLA E OLEÍCOLA EM PORTUGAL CONTINENTAL

Manuel Florêncio Pestana de Vasconcelos

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia Agronómica

Orientador: Professor Doutor José Manuel do Nascimento Baptista Gouveia

Júri:

Presidente

Doutora Cristina Maria Moniz Simões de Oliveira, Professora Associada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais

Doutor Luís Manuel Bignolas Mira da Silva, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor José Manuel do Nascimento Baptista Gouveia, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Lisboa, 2008

Agradecimentos

Concluída esta dissertação é com grata satisfação que aqui deixo expresso o meu reconhecimento a todas as pessoas que contribuíram para a sua elaboração, e em particular:

Ao meu Orientador, Professor José Manuel do Nascimento Baptista Gouveia, pelo interesse, apoio e permanente disponibilidade com que me acompanhou na realização desta dissertação.

À Agência de Controlo das Ajudas Comunitárias ao Sector do Azeite pelos dados que disponibilizou e por permitir que fizesse parte da sua equipa por um ano.

Aos meus colegas do Núcleo de Estudos da Agência de Controlo das Ajudas Comunitárias do Sector do Azeite pelo companheirismo e ajuda na realização desta dissertação.

Por último, à minha família e amigos pelo constante apoio e incentivo durante a realização desta dissertação.

Resumo

Esta dissertação tem como objectivo contribuir para uma caracterização real do sector olivícola e oleícola de Portugal Continental actual.

O olival em Portugal é maioritariamente tradicional, composto por árvores antigas, com compassos elevados, pouco produtivos e muito sujeito ao fenómeno de safra e contra-safra. A pequena dimensão das explorações agrícolas, a idade avançada e escolaridade reduzida da maior parte dos produtores são características que dificultam a modernização dos olivais em Portugal.

As principais Regiões produtoras de azeitona são o Alentejo e Trás-os-Montes, onde o olival é mais cuidado e consegue obter as melhores produções. É nestas Regiões que a olivicultura tem apresentado uma maior evolução, principalmente devido à plantação de olivais novos e à reconversão de olivais antigos.

O aumento do consumo de azeite e o crescimento da exigência de qualidade, por parte dos consumidores, são os responsáveis pelo aumento de importância dos sectores olivícola e oleícola.

Actualmente, tanto o sector olivícola como oleícola estão a passar por uma autêntica revolução em Portugal Continental, e serão várias as transformações que estes sectores irão sofrer.

Esta dissertação caracteriza a realidade dos sectores olivícola e oleícola em Portugal, hoje, para no futuro, ser possível avaliar a evolução de ambos os sectores.

Palavras-chave: Azeitona, Azeite, Oliveira, Estudo

Abstract

The main objective of this thesis is to contribute to a real characterization of the olive orchards and the olive oil sector in Portugal continental.

The olive orchards in Portugal are mostly traditional, composed by old trees and with low production levels. Almost all over the country the olive orchards are characterized by their small areas, advanced age, and the producers have typically basic education levels. Only in the Alentejo region it is possible to find a satisfactory number of olive orchards with larger areas and producers with average instruction levels.

The optimistic forecasts for the olive oil market make the olive oil sector one of the few agricultural sectors with a good/great margin for improvement in Portugal. Given that Portugal occupies the eighth position in the olive oil producers' world ranking, the olive tree has become a strategic culture in the Portuguese agriculture.

The Portuguese olive oil sector and the olive orchards are currently facing multiple changes. This thesis characterizes the reality of these changes in today's Portuguese agriculture, and it aims to become a reference for future studies

Keywords: Olive, Olive oil, Olive tree, Study

Abstract

The olive tree has been an important culture spread all over Portugal throughout the years. The table olive and the olive oil are products with strong ties to the Portuguese tradition.

The main objective of this thesis is to contribute to a real characterization of the olive orchards and the olive oil sector in Portugal continental.

To make an exact and realistic characterization of the above sectors it was necessary to identify the main characteristics of the production regions: type, age and education of the producers, main varieties and types of olive orchards, the evolution of the olive mills, and the evolution of the product's quality and commercialization.

The olive orchards in Portugal are mostly traditional, composed by old trees and with low production levels. Almost all over the country the olive orchards are characterized by their small areas, advanced age, and the producers have typically basic education levels. Only in the Alentejo region it is possible to find a satisfactory number of olive orchards with larger areas and producers with average instruction levels.

The main production regions in Portugal are Alentejo and Trás-os-Montes. These two regions comprise 60% of the country's olive orchard's area and 70 % of the country's olive production. The major investments in modern olive orchards, and in the upgrade of the old olive orchards, also occur in Alentejo and Trás-os-Montes.

After several years on which the olive orchards have been abandoned or replaced by other cultures, mainly vineyards, the olive production in Portugal is recovering the importance of the past. The most noticeable evolution has been happening in Alentejo and Trás-os-Montes, but Beira Interior and Lisboa e Vale do Tejo have also been working to increase the production and quality of their olive oil.

Since Portugal joined the European Union the quality of the olive oil increased considerably; in order to comply with to the European standards the olive mills were required to enhance and modernize their facilities and machinery.

Mainly due to a more favourable climate and to a more resistant specie of olive tree, Trás-os-Montes is the region with the best olive oil quality in Portugal. In the other regions, mostly in Alentejo, where Galega Vulgar is the main olive tree, there is a decrease in the olive oil quality. This happens as a result of the high vulnerability of the Galega Vulgar to plagues and diseases. Despite the overall

quality of the olive oil has been increasing, it is necessary to use more effective approaches in the prevention of plagues and diseases in olive orchards.

The optimistic forecasts for the olive oil market make the olive oil sector one of the few agricultural sectors with a good/great margin for improvement in Portugal. Given that Portugal occupies the eighth position in the olive oil producers' world ranking, the olive tree has become a strategic culture in the Portuguese agriculture.

The Portuguese olive oil sector and the olive orchards are currently facing multiple changes. This thesis characterizes the reality of these changes in today's Portuguese agriculture, and it aims to become a reference for future studies.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Abstract	iv
Índice	vi
Índice de Figuras	vii
Índice de Quadros	viii
1. Introdução	1
2. O Olival em Portugal	4
2.1. O Olival Tradicional.....	5
2.2 O Olival Moderno	7
2.2.1.Olival Intensivo	7
2.2.2. O Olival Superintensivo	10
3. Caracterização do Portugal Olivícola	12
3.1. Idade e Nível de Instrução do Produtor.....	13
3.2. Natureza Jurídica, Forma de exploração da SAU e Tipo de Contabilidade Agrícola.....	15
3.3. Distribuição Regional e Estrutura das Explorações Agrícolas	18
3.3.1. Entre Douro e Minho.....	20
3.3.2. Trás-os-Montes.....	21
3.3.3. Beira Litoral.....	22
3.3.4. Beira Interior	23
3.3.5. Lisboa e Vale do Tejo	24
3.3.6. Alentejo	25
3.3.7. Algarve.....	26
3.4. Características Agronómicas do Olival	27
3.5. Novas Plantações de Olival	30
3.6. Produção e Rendimentos.....	32
3.6.1 Estudo do Rendimento dos Olivais	34
3.6.1.1. Campanha 2004/2005.....	36
3.6.1.2. Evolução do Rendimento do Olival entre 1999 e 2005.....	38
4. Caracterização do Sector de Transformação de Azeitona em Portugal	40
4.1. Azeite	40
4.1.1. Lagares	41
4.2. Azeitona de Mesa	47
4.3. Consumo, Comercialização e Qualidade	48
4.3.1. Evolução do Consumo.....	48
4.3.2. Mercado Externo	52
4.3.3. Mercado Interno.....	55
4.3.3.1. Azeites DOP	56
4.3.4. A evolução da Qualidade.....	57
5. O Olival no Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013	59
6. Conclusões	63
7. Referências Bibliográficas.....	66

Índice de Figuras

Fig. 1 - Esquema de um olival tradicional (Adaptado de Innoliva, s.d.)	6
Fig. 2 - Esquema de um olival intensivo (Adaptado de Innoliva, s.d.)	9
Fig. 3 - Esquema de um olival superintensivo (Adaptado de Innoliva).....	11
Fig. 4. – Distribuição regional da superfície de olival para azeite (Fonte: INE in GPP, 2007 c).....	18
Fig. 5. – Distribuição regional da superfície de olival para azeitona de mesa (Fonte: INE cit in GPP, 2007 c)	18
Fig. 6. – Representatividade da área de olival na SAU e peso da MBS do olival no total da MBS das explorações agrícolas (Fonte: GPP, 2007 c)	20
Fig. 7 – Principais culturas em consociação com olival (Fonte: ACACSA, 2004).....	29
Fig. 8. – Pedidos de financiamento para novas plantações até 2005 (Fonte: IFADAP cit in GPP, 2007 c)	31
Fig. 9. – Evolução da plantação de oliveiras sem sistema de agricultura biológica por região (Fonte: IDRHA cit in GPP, 2007 c).....	32
Fig. 10. – Evolução da produção de azeitona para azeite nas principais regiões produtoras (Fonte: INE, 2006 a).....	33
Fig. 11. – Evolução da produção de azeitona de mesa nas principais regiões produtoras (Fonte: INE, 2006 a).....	34
Fig. 12. – Evolução do número de lagares reconhecidos e do número de lagares em laboração (Fonte: ACACSA, 2004).....	42
Fig. 13.- Expressão do sector cooperativo em nº de lagares e em quantidade de azeitona laborada na campanha 04/05 (Fonte: GPP, 2007 c).....	43
Fig. 14. – Produções nacionais de azeite, bagaço e águas russas (Fonte: ACACSA, 2004)	44
Fig. 15. – Tipologia dos lagares em laboração por região (Fonte: ACACSA, 2004).....	45
Fig. 16. – Distribuição regional da capacidade por tipologia dos lagares cooperativos (Fonte: ACACSA, 2004)	46
Fig. 17. – Número de empresas transformadoras de azeitona de mesa por região (Fonte: ACACSA, 2004)	47
Fig. 18. – Produção e consumo de azeitona de mesa (Fonte: INE, 2005)	48
Fig. 19 - Produção mundial e da UE de azeitona (Fonte: COI, s.d. b)	49
Fig. 20. – Produção dos principais países produtores de azeitona (Fonte: COI, s.d.b) ...	49
Fig. 21 - Consumo mundial e da UE de azeite (Fonte: COI, s.d. b).....	50
Fig. 22. – Consumo de azeite de países fora da EU (Fonte: COI, s.d, b).....	50
Fig. 23. – Consumo de Azeite na União Europeia (Fonte: COI, s.d. b).....	51
Fig. 24. – Evolução do consumo de azeite <i>per capita</i> nos principais países produtores da união europeia (Fonte: Eurostat cit in GPP, 2007 c)	51
Fig. 25. – Evolução do Consumo de azeite per capita em alguns estados membros não produtores (Fonte: Eurostat cit in GPP, 2007 c)	52
Fig. 26. – Evolução das exportações de azeite por categorias (Fonte: ACACSA, 2004) ..	53
Fig. 27. – Evolução das importações de azeite por categoria (Fonte: ACACSA, 2004) ...	54
Fig. 28. – Evolução das exportações e importações de óleo de bagaço de azeitona (Fonte: ACACSA, 2004)	55
Fig. 29. – Evolução de vendas de azeite embalado por categoria (Fonte: ACACSA, 2004)	55
Fig. 30. – Representatividade dos azeites com DOP no total da produção nacional de azeites virgem (%) (Fonte: IDRHA cit in GPP, 2007 c)	56

Fig. 31. – Evolução da representatividade dos azeites com DOP em % (Fonte: IDRHA cit in GPP, 2007 c)	57
Fig. 32. – Produção de azeite segundo o grau de acidez (Fonte: INE, 2006 a).....	57

Índice de Quadros

Quadro 1 - Resumo das características dos vários tipos de olival (Adaptado de Duarte et al, Inoliva)	12
Quadro 2. – Produtor agrícola segundo a idade (Fonte: INE , 2007b).....	13
Quadro 3. – Produtor agrícola singular, segundo classes etárias, por regiões (Fonte: INE, 2007 a)	14
Quadro 4. – Produtor agrícola singular, segundo o nível de instrução, por regiões (Fonte: INE, 2007 a)	14
Quadro 5. – Produtor agrícola singular, segundo classes etárias, por nível de instrução (Fonte: INE, 2007 b).....	15
Quadro 6. – Natureza jurídica do produtor, por região (Fonte: INE, 2007 b).....	16
Quadro 7 – Forma de exploração de SAU, por região (Fonte INE, 2007 b).....	16
Quadro 8. – Contabilidade agrícola, por região (Fonte: INE, 2007 b).....	17
Quadro 9. – Contabilidade agrícola, por classes SAU (Fonte: INE(2), 2007).....	17
Quadro 10. – Distribuição do número de explorações com olival e da respectiva área por região (Adaptado de INE in GPP, 2007 c)	19
Quadro 11. – Caracterização das explorações da região Entre Douro e Minho com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)	21
Quadro 12 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)	21
Quadro 13. - Caracterização das explorações da região Trás-os-Montes com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)	22
Quadro 14. - Caracterização das explorações da região Trás-os-Montes com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)	22
Quadro 15. - Caracterização das explorações da região Beira Litoral com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)	23
Quadro 16. - Caracterização das explorações da região Beira Litoral com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)	23
Quadro 17. - Caracterização das explorações da região Beira Interior com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)	24
Quadro 18. - Caracterização das explorações da região Beira Interior com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)	24
Quadro 19. - Caracterização das explorações da região Lisboa e Vale do Tejo com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)	25
Quadro 20. - Caracterização das explorações da região Lisboa e Vale do Tejo com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)	25
Quadro 21. - Caracterização das explorações da região Alentejo com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)	26
Quadro 22. - Caracterização das explorações da Região Alentejo com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)	26
Quadro 23. - Caracterização das explorações da região Algarve com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)	27
Quadro 24 - Caracterização das explorações da região Algarve com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)	27
Quadro 25. – Principais variedades de oliveira por região (Fonte: ACACSA, 2004).....	28

Quadro 26. – Percentagem de olival consociado ou estreme por região (Fonte: ACACSA, 2004).....	28
Quadro 27 – Tipo de compasso do olival por região (Fonte: (ACACSA, 2004)	29
Quadro 28 – Distribuição do número de explorações e da superfície de olival regado (Fonte: INE cit in GPP, 2007 c).....	29
Quadro 29. – Programa nacional de plantação/representatividade regional do regadio nas novas plantações (Fonte GPPAA cit in GPP, 2007 c).....	30
Quadro 30. – Modernização do olival 1986-1999 (Fonte: IFADAP cit in GPP, 2007 c)..	31
Quadro 31. – Evolução da área, produtividade e produção da azeitona para azeite (Fonte INE, 2007 a)	32
Quadro 32. - Evolução da área, produtividade e produção da azeitona de mesa (Fonte INE, 2007 b)	33
Quadro 33.- NUTS Nível II – I - Norte.....	36
Quadro 34. - NUTS Nível II – II - Centro	36
Quadro 35 – NUTS Nível II – IV -Alentejo.....	37
Quadro 36 – Número de lagares abrangidos pelas NUTS.....	37
Quadro 37 – Estimativa de rendimentos médios em kg azeitona/árvore para a campanha 04/05.....	37
Quadro 38. – Rendimentos médios em kg azeitona/árvore para a campanha 04/05 (valores reais).....	38
Quadro 39. – Percentagem média de árvores objecto de colheita	38
Quadro 40. – Evolução do rendimento médio de azeitona por oliveira e da percentagem de oliveiras objecto de colheita.....	39
Quadro 41. – Quantidade de azeitona produzida e laborada por região Campanha 04/05 (Fonte INE, 2006 a)	42
Quadro 42. – Empresas transformadoras de azeitona dm mesa (Fonte: INGA in GPP, 2007 c).....	47
Quadro 43. – Distribuição das saídas de azeite pelos principais países destino (Fonte INE cit in GPP, 2007 c)	53
Quadro 44. – Distribuição do Azeite Produzido por Categorias	58

1. Introdução

A origem da oliveira perde-se no tempo e confunde-se com as civilizações mediterrânicas que, durante milénios, moldaram os destinos da Humanidade e deixaram a sua marca na cultura Ocidental (D.L., 1993).

Embora se conheçam vestígios da cultura da oliveira com mais de 6000 anos, a verdade é que não se sabe ao certo de onde é originária. Aceita-se que seja proveniente da Síria, do Líbano ou mesmo de Israel. Sabe-se que tanto os fenícios como os Sírios e os Arménios a conheciam, a cultivaram e a disseminaram por todo o Mediterrâneo Oriental, três mil anos antes do nascimento de Cristo (Gouveia, 1990).

Alguns estudos referem ser a árvore originária da Ásia Menor. Outros que o seu cultivo se estendeu da Síria à Grécia, através da Anatólia, ainda que também se admita ser originária do Baixo Egipto, da Etiópia, das montanhas do Atlas, de determinadas regiões da Europa, ou ainda de uma zona do sul do Cáucaso, que se prolonga da planície do Irão às costas mediterrânicas da Síria e da Palestina, onde alcançou um notável desenvolvimento, acabando por se expandir pela ilha do Chipre até à Anatólia, e de Creta em direcção ao Egipto (D.L., 1993).

Embora se afirme, com fortíssimas razões, que a Oliveira foi introduzida no espaço Ibérico, hoje português, pelos Fenícios e Gregos, não oferece dúvida que os romanos teriam dado forte impulso à produção de azeite, tornando-o género alimentar de comércio, transportado em ânforas de que se encontram testemunhos não somente em Roma como também nas vias fluviais do Rodano, do Reno e do Danúbio e, na Europa, até ao limite da Britânia “de cor verde, de cheiro e gosto agradável, não gorduroso e que recorda a fragrância da azeitona fresca” (Castro Caldas, 1998).

Ao longo do período medieval, os olivais ocuparam os arredores das povoações e, nos cursos de água próximos, instalavam-se os lagares onde se extraía o azeite. Quando o viajante percorria zonas desérticas do Sul e deparava com uma oliveira, poderia ficar certo de que estava próximo de lugar povoado. Ainda hoje, no espaço mediterrânico português, embora existam manchas de olival moderno, a carta agrícola mostra o adensamento da área de olival em redor das povoações. O azeite constituía o óleo comestível mais estimado, o combustível para iluminação dos lares e dos altares dos Santos, de Nossa Senhora e de Cristo, o remédio para muitos dos males do corpo dos homens e dos animais domésticos (Castro Caldas, 1998).

O olival é uma cultura muito ligada à tradição, e com bastante importância em quase todo o Portugal Continental. Tem passado por várias fases ao longo dos anos, tanto de desinteresse como de forte aposta em todo o sector, mas tem conseguido manter-se como uma cultura importante no nosso País.

No final do século XIX, e principalmente no início do século XX, assiste-se a um aumento significativo da área cultivada, onde provavelmente se poderá incluir um aumento da área de olival (Saraiva, 1987).

O património olivícola foi-se alargando de tal modo que dos 200 000 ha de olival, em 1874, se chegou a 570 000 ha de plantação estreme, em 1954 (Caldeira, 1994).

Se entre 1938 e 1960, o produto agrícola cresceu cerca de 30 %, o produto industrial aumentou a ritmo bem superior, da ordem de 100 % (Saraiva, 1987).

Todavia, esse desenvolvimento industrial, que conduziu ao êxodo das populações rurais, e a estreita dependência, em mão-de-obra, da olivicultura nacional desencadearam, a partir dos anos sessenta, um processo de decadência da produção de azeite (Caldeira, 1994).

Entrou-se assim, numa fase muito negativa da olivicultura portuguesa. Pela escassez de mão-de-obra, viu os custos de produção aumentados e, por falta de qualidade de azeite e pela concorrência dos óleos de sementes, muito mais baratos, viu diminuído o consumo per capita, que de 10,5 kg, em 1960, desceu para 3,64 em 1980 (Caldeira, 1994).

A partir de 1986, com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (CEE) iniciou-se uma série de acções, com vista à reconversão e modernização do olival, num programa inserido no PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa) (Caldeira, 1994).

Destas acções destaca-se o Programa Nacional de Olivicultura (PNO), que delimitou a zona de produção olivícola do País. Este programa tinha como principal objectivo produzir mais, melhor e a mais baixo preço, através de três medidas:

- Plantação de novos olivais,
- Adensamento e enxertia dos olivais existentes na zona delimitada,
- Arranque de oliveiras com baixos níveis de produção.

Relativamente ao olival, a adesão agravou vários dos problemas que já existiam e que estavam a provocar o abrandamento da importância do sector oleícola em Portugal, levando a uma cada vez maior desertificação do território, abandono do olival ou da sua substituição por floresta ou outras culturas (principalmente vinha) (Nunes, 2005).

Do ponto de vista da transformação da azeitona, a adesão à CEE em 1986 teve consequências positivas, obrigando a maior parte dos lagares a modernizarem-se e a garantir a obtenção de qualidade nos produtos finais (ACACSA, 2004).

A maior parte dos mesmos, antes da entrada na CEE, eram lagares antigos, na sua maioria obsoletos. Com a actuação dos Organismos como a Agência de Controlo da Ajudas Comunitárias ao Sector do Azeite (ACACSA) e o Instituto Nacional de Gestão Agrícola (INGA) os lagares para poderem laborar tiveram de se modernizar e cumprir a normas europeias.

Só mais recentemente, conjuntamente com o aumento da importância do azeite, se tem incentivado a plantação e reconversão dos olivais em sistemas mais intensivos e mais produtivos, numa óptica de maior orientação para o mercado.

O sector do azeite e azeitona de mesa é considerado estratégico no contexto do próximo Programa de Desenvolvimento Rural. Pretende-se, em consequência, criar as condições mais adequadas para que o sector, dentro do horizonte temporal da programação, possa melhorar a sua organização, se possa modernizar e desenvolver para contribuir, de forma activa e sustentada, para o aprovisionamento dos mercados interno e externo promovendo, em simultâneo, o desenvolvimento das regiões onde se localiza (GPP, 2007a).

Mais uma vez, com este novo Programa de Desenvolvimento Rural, o olival português vai sofrer várias alterações. Uma das principais metas é tornar o olival em Portugal mais produtivo e com produtos finais de qualidade indiscutível, incentivando a plantação de novos olivais mais intensivos, a reconversão de olivais antigos pouco produtivos e modernização das práticas culturais.

Para se saber se os objectivos serão um dia concretizados é necessário dispor de uma caracterização objectiva e realista do olival em Portugal Continental antes e na altura em que as medidas estão a ser tomadas. Só assim, é possível saber quais as consequências das medidas efectuadas e se o caminho tomado foi o correcto.

É neste contexto que este estudo se insere, uma tentativa de contribuição para a caracterização das várias Regiões Olivícolas de Portugal Continental através de informação detalhada e trabalhada, obtida nos vários Institutos, Agências e Direcções Regionais ligadas ao sector agrícola.

A evolução dos sectores olivícolas e oleícolas em Portugal tem sido muito inconstante. Por isso, espera-se que com as medidas que estão a ser tomadas se consigam recuperar estes sectores, modernizando-os e tornando-os mais produtivos, mas sem perder a identidade nacional, e até regional.

2. O Olival em Portugal

Em todos os países onde existe olivicultura, tanto nos da bacia mediterrânica como nos países onde esta cultura foi introduzida recentemente (Estados Unidos da América, América do Sul, África do Sul), o cultivo da oliveira, sob o ponto de vista agronómico, é grandemente caracterizado pela tradição (Fontanazza *et al*, 1998).

A oliveira tem sido cultivada frequentemente em áreas difíceis, muitas vezes nas bordaduras dos terrenos agrícolas, devido à sua capacidade de crescer em terras marginais, relativamente inférteis, e do seu cultivo estar dependente, principalmente dos climatéricos. A capacidade desta planta de sobreviver através dos séculos tem preservado os sistemas antigos de olivicultura, os quais, raramente, têm sido convenientemente actualizados (Fontanazza *et al*, 1998).

No final dos anos 50 do século passado, no despertar dos principais desenvolvimentos que tiveram lugar no cultivo industrial dos frutos, especialmente em Itália, os primeiros sinais davam a impressão de que também a olivicultura estava a preparar-se para substituir os métodos extensivos e tradicionais por sistemas mais modernos, baseados na intensificação com novos olivais. Apesar dos resultados positivos que os novos sistemas de cultivo conseguiram desde o início, os métodos tradicionais permanecem em todos os países olivícolas, especialmente nos da bacia mediterrânica, sobretudo pelas razões seguintes:

- a incapacidade de muitos olivicultores em ultrapassar um vínculo psicológico, o qual tem criado uma barreira à aceitação de inovações tecnológicas;
- situações de natureza política, social e económica, como a divisão de propriedades, tornando difícil estabelecer empresas de dimensões suficientes;
- factores ambientais complexos, tais como restrições climáticas, pedológicas e topográficas, em relação às quais os sistemas tradicionais são os únicos aplicáveis;
- factores de mercado, em que a olivicultura está ligada ao consumo directo, de modo que a possibilidade de produzir azeite para as necessidades da família, ou para um mercado local restrito, é uma fonte de satisfação para o produtor, e esta satisfação pode diminuir as exigências de remuneração adequada para o seu trabalho. (Fontanazza *et al*, 1998)

Ainda segundo Fontanazza *et al*, (1998)., existem dois tipos de olivicultura – tradicional e moderna – em proporções que diferem de um país para outro, ou de uma região para outra dentro do país, dependendo de factores políticos, económicos e sociais que influenciaram, e continuam a influenciar, a substituição das práticas de olivicultura tradicionais pelas modernas.

Embora seja concebível que as forças de mercado e o aumento de falta de mão-de-obra venham, a seu tempo, alterar esta proporção praticamente em toda a direcção aos métodos modernos de cultivo, é todavia improvável que as alterações sejam suficientemente drásticas ao ponto de fazer desaparecer a olivicultura tradicional. Consequentemente, pode esperar-se que esta situação continue, em maior ou menor extensão, dependendo dos factores sociais, económicos e ambientais que prevaleçam nas várias regiões olivícolas, onde a oliveira pode ser cultivada para fins ambientais e de enquadramento de paisagem, ou para consumo familiar (Fontanazza *et al*, 1998).

Em Portugal, é possível encontrar esses dois tipos de olivais: tradicional e moderno. O olival tradicional ainda ocupa a maior parte do território olivícola português, embora o olival moderno tenha vindo a crescer rapidamente, tanto com novas plantações como pela substituição de olivais antigos.

2.1. O Olival Tradicional

A olivicultura tradicional implica uma estrutura produtiva que, por razões agronómicas (cultivares mal adaptadas, sistemas de cultivo, práticas culturais, idade dos olivais, etc.), não permite que as espécies dêem o seu máximo rendimento, ou torna impossível mecanizar muitas das operações de cultivo. Estes olivais são frequentemente utilizados para outras culturas e, por isso, abrangem uma área vasta. Alternativamente, se a produção é especializada, a densidade por hectare é frequentemente baixa (menos de cem árvores por hectare) devido ao crescimento esperado da copa na fase adulta da oliveira, sendo o objectivo obter um olival que irá durar séculos. A acrescer a este efeito negativo nos níveis de produção, a idade avançada das árvores acentua a alternância da frutificação (Fontanazza *et al*, 1998).

Grande parte destes olivais em Portugal são olivais de pequenos agricultores, utilizando apenas mão-de-obra familiar, de idade avançada e baixa escolaridade. Muitas vezes estes agricultores apresentam uma ligação afectiva com o olival, como por exemplo, a colheita que pode ser uma oportunidade de reunião da família (Nunes, 2005).

Este tipo de olival em Portugal apresenta, na maior parte dos casos, um compasso 10x10m (cerca de 100 árvores/ha), a sua idade é maioritariamente superior a 50 anos, e pertencente a pequenos produtores. Normalmente são sujeitos a duas mobilizações do solo, para controlo de infestantes, e submetidos a poucos ou nenhum tratamento fitossanitário. A poda é normalmente drástica feita de 4 em 4 anos, ou na melhor das hipóteses mais selectiva, de 2 em 2 anos, e a colheita é principalmente manual por varejamento, ou semi-mecânica. O olival tradicional é normalmente de sequeiro (Duarte *et al*, 2004).

Nos últimos anos, principalmente no Alentejo, tem-se notado um interesse crescente na rega de olivais tradicionais, outrora em regime de sequeiro, para melhor controlar a sua produtividade e a eficiência de uso de água de rega. Esses olivais tradicionais, alguns com mais de 80 anos, tendem, em sequeiro, a apresentar produtividade variável, com anos alternados de safra e contra safra e colheitas reduzidas, ao sabor da variabilidade climática do clima mediterrânico, especialmente das chuvas de outono/inverno e de primavera. Daí o interesse da rega, para estabilizar os fornecimentos de água e reduzir a dependência da produção na variabilidade inter-anual das chuvas (Santos *et al*, 2007).

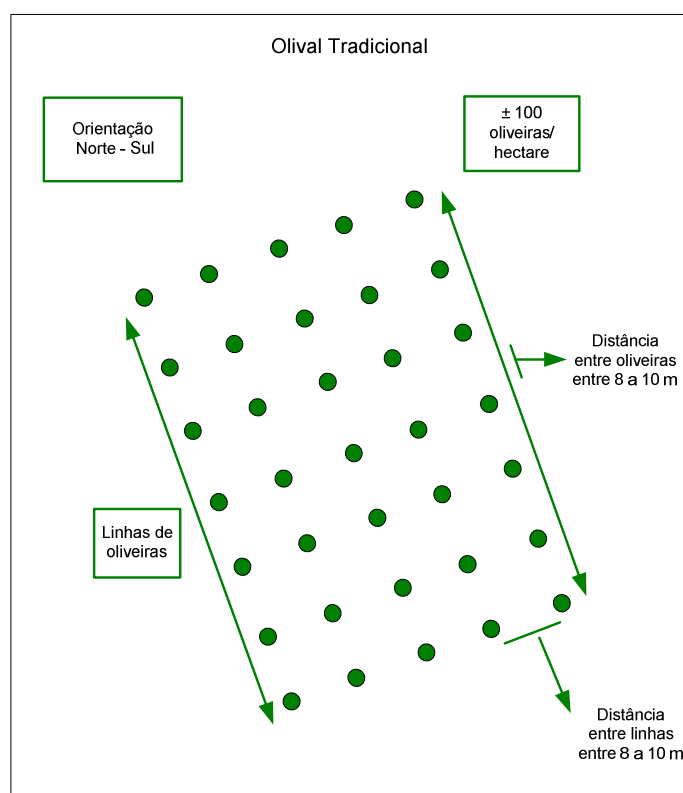


Fig. 1 - Esquema de um olival tradicional (Adaptado de Innoliva, s.d.)

Para Fontanazza *et al*, 1998, a recuperação destes olivais através da sua manutenção, mesmo quando localizados em áreas adequadas, não é viável em termos económicos. A única possibilidade é submetê-los a uma transformação total através da replantação. A reestruturação, ou manutenção, dos olivais tradicionais só se justifica em áreas com mão-de-obra barata, ou em explorações do tipo familiar. Isso pode ser feito, adaptando o olival tradicional, utilizando métodos agrícolas praticados no passado, como o adensamento, reenxertia ou o rejuvenescimento pela poda, de maneira a intensificar a cultura e aumentar a produção para atingir o potencial que o meio oferece.

Em contrapartida a todos os problemas deste sistema de produção, ele é importante para a preservação da paisagem e da biodiversidade, tendo por isso interesse do ponto de vista ecológico (Nunes, 2005).

2.2 O Olival Moderno

O problema de como aumentar a produtividade e manter baixos os custos nos países olivícolas da Europa surgiu no fim dos anos 50, com a diminuição da disponibilidade de mão-de-obra agrícola e o posterior aumento dos custos (Fontanazza *et al*, 1998).

Assim, ao longo dos anos têm sido efectuadas várias tentativas para melhorar a produtividade e aumentar a mecanização das operações necessárias na condução de um olival. Foram introduzidas novas formas de cultivo para substituir os métodos tradicionais, aumentando quer a densidade de plantação quer o número de árvores por ha, melhorando substancialmente as técnicas usadas para a lavoura, fertilização, poda e controlo de pragas e mecanizando o máximo possível

Actualmente, é possível dividir em dois, os sistemas utilizados para a condução do olival moderno: olival intensivo e olival superintensivo (ou em seta).

2.2.1.Olival Intensivo

Para Fontanazza *et al*, (1998), o conceito da olivicultura mecanizada intensiva tem sofrido mudanças substanciais nos últimos trinta anos. Numa tentativa de definição, a olivicultura intensiva pode ser considerada como um sistema de cultivo situado numa área adequada que, através da utilização de técnicas modernas de plantação e cultivo, é capaz de atingir níveis de produção máximos (em termos qualitativos e quantitativos), compatíveis com as condições do meio e de manter os custos de produção através da mecanização total de todas as operações, de maneira a obter um nível razoável de rentabilidade.

Os mesmos autores referem que a introdução deste sistema requer geralmente a reconversão completa do olival, uma vez que a reestruturação dos olivais tradicionais não é suficiente para atingir os objectivos pretendidos por este sistema. Além disso, um olival novo deve garantir produção a curto prazo. A tecnologia moderna permite que os olivais se tornem produtivos mais cedo (3º ou 4º ano), alcançando a capacidade de produção total entre o 7º e o 8º ano em olivais irrigados e entre o 11º e 12º anos em olivais em regime de sequeiro, com níveis de produção não inferiores a 4-5 t/ha em olivais de sequeiro e 7-8 t/ha em olivais de regadio. Estima-se que estes se mantenham constantes durante pelo menos 40 a 50 anos. Um pré-requisito essencial para um olival bem sucedido é a escolha do local de plantação e o modo como se implanta.

As primeiras plantações intensivas realizadas por agricultores fizeram-se com o compasso de 8 m x 4 m, o que dá uma densidade de 312 oliveiras/ha. A partir do ano 1974, após se colocarem sérios problemas nas plantações mais antigas de compasso 8 m x 4 m, nas quais a orientação da poda não tinha sido de toda adequada, observa-se uma mudança radical na escolha das distribuições de plantação. Diminuem as plantações de compasso com densidades superiores a 300 árvores/ha e mostra-se uma clara preferência pelas de 200, aproximando-se da disposição em quadrado. Actualmente, o mais frequente é o 7 m x 7 m (204 oliveiras/ha) e também o 8 m x 6 m (208 oliveiras/ha). Não deixam de se encontrar algumas plantações com outras distribuições, tais como 7 m x 6 m, 6 m x 6 m, etc, embora em número menor (Garcia, 2005).

Para Fontanazza *et al*, (1998), a densidade de um olival intensivo varia de 5x6 metros a 7x7 metros no Sul e no Norte, respectivamente. Contudo, quando se faz uma selecção, devem ser aplicados vários critérios como o vigor da cultivar, o método de condução pré-seleccionado, a fertilidade do solo e o tempo de duração do olival, tendo em conta que, uma vez atingido um valor de produção estável, a cobertura do solo pelo olival não deve exceder os 70 –75 %. A variação do compasso e, em particular, da distância ao longo da linha depende largamente do método de condução: as que têm uma maior relação entre a altura da árvore e o diâmetro da copa (um só tronco, fusiforme, monocónico) podem ser plantadas mais próximas umas das outras do que aquelas que têm uma relação menor (vaso, globo, vaso arbustivo), tanto em compassos quadrados como rectangulares (3 a 4 metros de distância).

Para estes autores é também importante ter em mente que a distância entre as linhas nos compassos e a largura das entrelinhas nos compassos rectangulares devem permitir o livre movimento das máquinas durante todo o tempo de vida do olival. A possibilidade de reduzir o compasso diminuindo-se a distância entre árvores não só permite aumentar o número de plantas por hectare, como também a área superficial total das copas e, conseqüentemente, a possibilidade de se obter níveis de produção significativos ao 4º ou 5º ano após a plantação, e ainda maiores níveis nos anos subsequentes, desde que o crescimento das copas seja cuidadosamente controlado garantindo a máxima exposição à luz e evitar competição entre plantas adjacentes.

Navarro *et al* (2001), mencionam que para a plantação destes olivais pode-se optar por duas alternativas:

Plantações permanentes – A densidade inicial mantém-se durante toda a vida do olival. Neste caso as densidades estão entre 200 a 300 oliveiras/ha, o que permite uma entrada em produção rápida e a manutenção da produtividade na idade adulta. Em todo o caso, são necessárias uma boa formação da árvore e uma poda de produção adequada para manter uma densidade de copa que permita otimizar o uso da energia solar e da água disponível, mantendo as altas produções pelo menos durante 20 a 30 anos.

Plantações temporárias – A densidade inicial é de 400 a 600 oliveiras/ha para conseguir altas produções nos primeiros anos de vida das plantações. Posteriormente, quando aparecerem problemas de competitividade e antes que caiam as produções, faz-se um arranque de metade das oliveiras, reduzindo a densidade a metade. Quando se utilizam marcos rectangulares com as densidades 7 m x 3,5 m (408 oliveiras/ha) ou 6 m x 3 m (555 oliveiras/ha), os fenómenos de competitividade por sombreamento de umas árvores sobre outras começam antes dos 10 anos e os aumentos de produção obtidos pelas árvores temporais não compensam os maiores gastos provenientes da plantação, cultivo e arranque dessas árvores. Quando se utilizam marcos quadrados os fenómenos de competitividade atrasam-se alguns anos.

Assim, comparando com o “olival tradicional”, o olival intensivo apresenta maiores densidades de plantação, variedades mais adequadas e homogéneas, maiores áreas de plantação, maior percentagem de olivais novos e maiores níveis de mecanização. De uma maneira geral, os olivicultores têm um nível de escolaridade mais elevado e estão mais informados relativamente aos fertilizantes e produtos fitossanitários a utilizar (Nunes, 2005).

A maior parte destes olivais, principalmente os plantados mais recentemente, são irrigados.

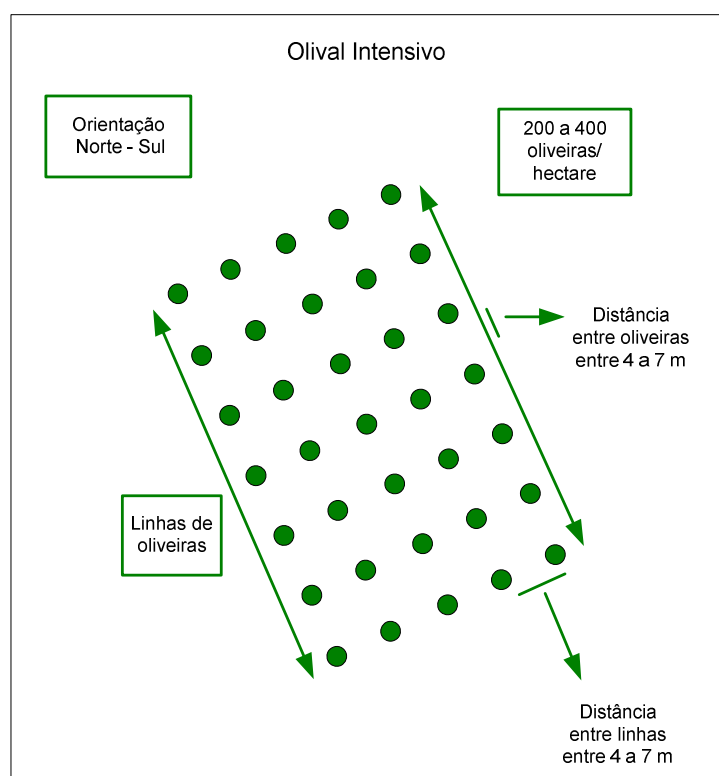


Fig. 2 - Esquema de um olival intensivo (Adaptado de Innoliva, s.d.)

2.2.2. O Olival Superintensivo

No princípio dos anos 90, começaram a realizar-se, em zonas olivícolas espanholas distintas, plantações de olival com densidades superiores a 2000 oliveiras por hectare (Navarro *et al*, 2001).

Este sistema consiste em criar uma estrutura de oliveira, que permite, por uma parte, aproveitar melhor o espaço, a luz e água disponível para produzir um maior número de kg/ha com mais qualidade e a um custo menor. E por outra, colher as azeitonas com uma máquina de colheita específica de forma rápida, limpa e económica.

O rendimento das máquinas de colheita é, aproximadamente, 0,5 ha/h. O fruto colhe-se praticamente limpo e o dano que a máquina produz ao olival é praticamente nulo, conservando-se todos os ramos do ano em perfeito estado, e garantindo a produção do ano seguinte (Garcia, 2005).

As máquinas actuais não podem ultrapassar declives de 10 %. Isto tem o inconveniente de que a plantação tem de ser feita em terreno plano onde, como se sabe, é maior o perigo de geada e asfixia radicular pela água (Garcia, 2005).

Neste tipo de plantações utilizam-se marcos rectangulares com 3 a 4 metros de largura e distâncias entre oliveiras de 1 a 2 metros. As oliveiras formam-se com um eixo principal de 2 a 2,5 metros de altura. Com intervenções mínimas de poda e uma manutenção adequada de rega e fertilização forma-se uma oliveira “em sebe” que ao terceiro ano pode dar uma primeira produção de mais de 2000 kg/ha superando em poucos anos 19 t/ha (Navarro *et al*, 2001).

Um factor chave para o êxito deste tipo de plantações superintensivas é a escolha da densidade adequada. Densidades demasiado altas originam maiores produções nos primeiros anos mas, provavelmente, mais problemas por ensombramento a longo prazo e um controlo mais difícil do vigor, tal como se já viu em outras fruteiras como na macieira (De la Rosa, s.d.).

Pela proximidade das linhas, necessariamente tem de se fazer a plantação seguindo rigorosamente a direcção N-S já que, de contrário, umas filas causam sombras às outras.

A cv. *Arbequina* tem sido a mais utilizada neste tipo de sistemas, principalmente por estar relacionada com o desenvolvimento experimental a que tem sido sujeita durante a última década em Espanha. É uma variedade com um grande interesse pelas características que transmite aos azeites e pelo seu bom comportamento agronómico. Trata-se de uma variedade rústica que tem uma elevada produtividade, uma rápida entrada em produção, baixa alternância e um vigor reduzido que permite aumentar as densidades de plantação (Tous *et al.*, 1999).

Devido em grande parte à experiência acumulada em Espanha, e à falta de experimentação sobre a adaptabilidade das variedades nacionais a este tipo de sistema de cultivo, a cv *Arbequina* é a principal cultivar instalada nos olivais superintensivos em Portugal (Maia, 2007).

Na figura 3 encontra-se um esquema clássico de um olival superintensivo com as seguintes características:

- Orientação:
 - Máximo aproveitamento de luz solar
 - Evitando ensombramento
- Caminhos de serviço
 - Caminhos de 6-8 metros em redor de toda a plantação
 - Auxiliares em cada 300 metros
- Distâncias
 - entre-linhas: 4,00 m
 - na linha: 1,35 m
- 1950 oliveiras/ha
 - linhas de 200 metros
 - 270 oliveiras por linha

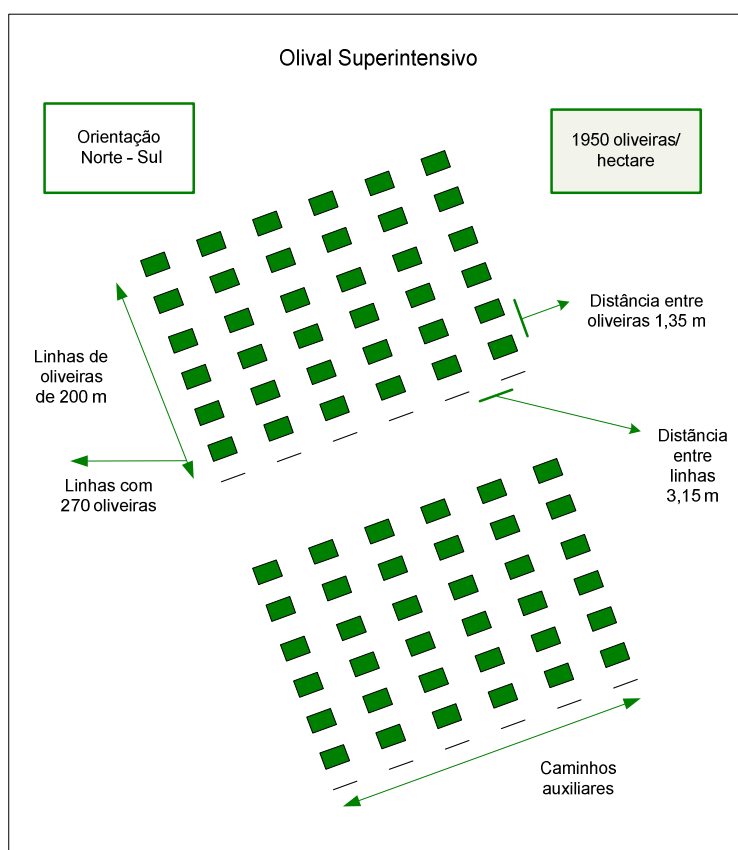


Fig. 3 - Esquema de um olival superintensivo (Adaptado de Innoliva)

No quadro 1 estão resumidos os três tipos de olival com as principais características que os distinguem:

Quadro 1 - Resumo das características dos vários tipos de olival (Adaptado de Duarte et al, Inoliva)

	Superintensivo	Intensivo	Tradicional
Nº de plantas/ha	1200-2200	200-600	± 100
Produção (Kg/ha)	10000-15000	4000-10000	< 3000
Tempo para a 1ª colheita	3 anos	A partir de 5 anos	A partir de 5 anos
Consociação c/ outras culturas	não	Sim/Não	Sim/Não
Colheita	Máquina colhedora	Vibradores/manual	Vibradores/manual
Rega	Maior parte Sim	Maior parte Sim	Maior parte Não
Tratamentos fitossanitários	Sim	Sim	Maior parte Não
Fertilização	Sim	Sim	Sim/Não
Duração da árvore	Descomhecida	Milenária	Milenária
Compassos (mxm)	3,75/4 x 1,35/1,5	7x7; 7x5	± 10x10
Altura da árvore (m)	2,2 – 3	5	≥ 5
Forma da árvore	Em seta	Copa ou vaso	Copa ou Vaso

3. Caracterização do Portugal Olivícola

A oliveira é uma árvore importante por todo o país tanto como cultura para a produção de azeite e azeitona de mesa, como ornamental, ou ainda, apenas, pelo valor simbólico e sentimental que pode ter.

É possível encontrar olivais por todo o país, embora em muitos casos esses olivais já se encontrem em estado de abandono parcial ou mesmo total. O crescimento e evolução de outros óleos alimentares conjuntamente com uma política de incentivo em outras cultura (por ex.: vinha), a dada altura, levou ao abandono e arranque de muitos olivais.

Nos últimos anos, com a introdução de alterações positivas na estrutura produtiva nacional tem-se conseguido melhorar o panorama da olivicultura em Portugal.

As melhorias que se têm registado são devidas essencialmente a:

- Instalação de novas plantações com densidades superiores e com sistemas adequados de rega, proporcionando maiores produtividades, dentro dos 30000 ha do programa de plantação de que Portugal beneficiou até 2006.
- No aumento de regadio nos olivais tanto das novas plantações como de alguns olivais tradicionais, conjuntamente com o adensamento.
- No arranque e reestruturação de alguns olivais degradados.

Em termos olivícolas é possível dividir Portugal Continental em várias regiões distintas: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira Litoral, Beira Interior, Alentejo e Algarve.

A importância da olivicultura na região, o tipo e áreas dos olivais, as variedades de oliveiras e o próprio azeite, são algumas das diferenças que existem de região para região.

Assim, para se conseguir uma caracterização detalhada e realística do Portugal olivícola é necessário analisar os principais aspectos das regiões olivícolas.

3.1. Idade e Nível de Instrução do Produtor

Um dos maiores problemas na agricultura portuguesa prende-se com a idade avançada da maior parte dos produtores. Como se pode observar no quadro 2, entre 1989 e 2005, o número de produtores com mais de 65 anos estacionou e o número de produtores com menos de 35 anos diminuiu.

Houve, portanto, um envelhecimento gradual dos produtores, ou seja, não tem havido qualquer renovação da população agrícola.

Quadro 2. – Produtor agrícola segundo a idade (Fonte: INE , 2007b)

Anos	Total	Classes de idade (nº de indivíduos)				
		< 35	35 a < 45	45 a < 55	55 a < 65	> 65
1989	593590	39656	79330	133213	170257	170864
1993	483888	22805	58500	99881	141231	161472
1995	445186	18514	51868	88344	129470	156991
1997	410835	15053	44096	80227	116491	154976
1999	409308	17023	46768	79817	111102	154598
2003	352790	9412	32529	63084	83916	163850
2005	317075	6855	27218	55844	76989	150129

Segundo os valores apresentados pelo quadro 3, a idade avançada dos produtores agrícolas é comum em todas as regiões de Portugal Continental. A região Alentejo, mesmo assim, é a região com maior percentagem de indivíduos com menos de 35 anos e a região Algarve a que tem maior percentagem de indivíduos com mais de 65 anos.

Quadro 3. – Produtor agrícola singular, segundo classes etárias, por regiões (Fonte: INE, 2007 a)

Regiões	Total		Classes de idade									
			15 a 34		35 a 44		45 a 54		55 a 64		> = 65	
	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%
Portugal	317 075	100	6 855	2	27 218	9	55 884	18	76 989	24	150 129	47
Continente	290 496	92	5 799	2	23 619	8	49 774	17	71 132	24	140 172	48
EDM	51 681	16	1 272	2	5 737	11	9 484	18	12 793	25	22 395	43
TM	60 622	19	1 411	2	4 891	8	11 238	19	14 432	24	28 650	47
BL	58 234	18	623	1	4 411	8	11 448	20	16 526	28	25 226	43
BI	35 376	11	428	1	2 041	6	5 100	14	7 554	21	20 253	57
LVT	42 256	13	986	2	3 565	8	6 954	16	11 090	26	19 661	47
ALT	27 859	9	822	3	2 306	8	4 091	15	5 499	20	15 141	54
ALG	14 468	5	256	2	668	5	1 459	10	3 238	22	8 847	61

Analisando o quadro 4, verifica-se que o nível de instrução do produtor agrícola é baixo em todas as regiões, 29 % dos produtores não têm qualquer nível de instrução e a sua maioria tem apenas o 1º ciclo.

Quadro 4. – Produtor agrícola singular, segundo o nível de instrução, por regiões (Fonte: INE, 2007 a)

Regiões	Total		Nível de Instrução									
			Não Sabe Ler Nem Escrever		Sabe Ler e Escrever		Básico - 1º Ciclo		Básico - 2º Ciclo		Outros Níveis	
	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%	Nº ind.	%
Portugal	317 075	100	44 972	14	47 822	15	168 100	53	25 123	8	31 059	10
Continente	290 496	92	40 011	14	44 720	15	154 478	53	22 362	8	28 925	10
EDM	51 681	16	7 178	14	9 988	19	26 919	52	4 174	8	3 422	7
TM	60 622	19	8 964	15	9 341	15	31 354	52	5 146	8	5 817	10
BL	58 234	18	5 601	10	9 053	16	34 772	60	4 735	8	4 072	7
BI	35 376	11	5 760	16	6 603	19	17 591	50	2 298	6	3 125	9
LVT	42 256	13	4 407	10	4 279	10	24 832	59	3 337	8	5 401	13
ALT	27 859	9	5 457	20	3 170	11	12 087	43	1 899	7	5 246	19
ALG	14 468	5	2 644	18	2 286	16	6 923	48	773	5	1 842	13

A região Alentejo tem a particularidade de ser a que tem maior percentagem de produtores que nem sabem ler nem escrever, mas também, a maior percentagem com instrução acima do 2º ciclo.

Como se pode verificar no quadro 5, o nível de instrução está directamente relacionado com a idade do produtor. Quanto mais jovem for o produtor maior é o nível de instrução. Os produtores com menos de 35 anos, praticamente, não apresentam qualquer analfabetismo e 41 % têm formação superior ao 2º ciclo.

Com os produtores com mais de 65 anos acontece exactamente o contrário, metade dos produtores não completaram qualquer nível de instrução.

Quadro 5. – Produtor agrícola singular, segundo classes etárias, por nível de instrução (Fonte: INE, 2007 b)

Sexo e nível de instrução	Total		Classes de idade											
			<35 anos			35 a <45 anos			45 a < 65 anos			> = 65		
	Nº Ind.	%	Nº Ind.	%	No Total (%)	Nº Ind.	%	No Total (%)	Nº Ind.	%	No Total (%)	Nº Ind.	%	No Total (%)
Total	317 075	100	6 855	100	2	27 218	100	9	132 873	100	42	150 129	100	47
Homem	235 465	74	5 007	73	2	18 735	69	8	95 605	70	41	116 118	77	49
Mulher	81 610	26	1 848	27	2	8 483	31	10	37 268	30	46	34 011	23	42
Não sabe ler nem escrever														
	44 972	14	34	0	0	175	1	0	4 625	2	10	40 137	27	89
Sabe ler e escrever														
	47 822	15	91	1	0	725	3	2	12 181	4	25	34 825	23	73
Básico - 1º ciclo	168 100	53	972	14	1	11 835	43	7	89 547	66	53	65 745	44	39
Básico - 2º ciclo	25 122	8	2 954	43	12	8 371	31	33	10 620	12	42	3 177	2	13
Outros níveis	31 059	10	2 804	41	9	6 111	22	20	15 899	16	51	6 244	4	20

A idade avançada conjuntamente com o nível baixo de instrução resulta numa certa resistência a mudanças tanto a nível tecnológico como a nível de condução da cultura.

Assim, torna-se mais difícil mudar as práticas agrícolas erradas que se praticavam, como é o caso da poda das oliveiras, e modernizar as próprias práticas culturais. Muitos produtores continuam a preferir o varejo a utilizar as máquinas de vibração.

3.2. Natureza Jurídica, Forma de exploração da SAU e Tipo de Contabilidade Agrícola

O quadro 6 mostra que os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas são principalmente produtores singulares, maioritariamente autónomos, ou seja, utilizam especialmente mão-de-obra familiar.

As sociedades em termos de número são pouco representativas, mas em termos de SAU, detêm quase 20 %, assumindo maior relevância nas explorações de maior dimensão, em concreto nas regiões Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo.

Quadro 6. – Natureza jurídica do produtor, por região (Fonte: INE, 2007 b)

	Produtor Singular			Sociedades			Outras Formas		
	Explorações	SAU	%	Explorações	SAU	%	Explorações	SAU	%
	Nº	Ha		Nº	Ha		Nº	Ha	
Portugal	317 075	2 764 043	75	5 388	713 122	19	1 457	202 422	6
Continente	290 496	2 649 387	75	5 234	708 834	20	1 316	194 125	5
EDM	51 682	135 878	59	704	8 864	4	311	87 518	38
TM	60 622	398 626	84	535	12 480	3	492	62 423	13
BL	58 234	144 089	95	470	6 830	4	120	1 029	1
BI	35 376	346 801	90	309	35 142	9	64	2 063	1
LVT	42 255	284 895	69	1 421	123 959	30	173	3 239	1
ALT	27 859	1 239 021	69	1 557	515 499	29	143	37 766	2
ALG	14 468	100 078	94	238	6 060	6	15	88	0

As outras formas de natureza jurídica concentram-se principalmente nas regiões Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, devido à importância dos baldios.

Quadro 7 – Forma de exploração de SAU, por região (Fonte INE, 2007 b)

Regiões	Forma de Exploração da SAU					
	Conta Própria		Arrendamento		Outras Formas	
	ha	%	ha	%	ha	%
Portugal	2 588 580	70	897 116	24	193 891	5
Continente	2 527 919	71	838 077	24	186 351	5
EDM	191 589	82	30 959	13	9 712	4
TM	429 298	91	30 565	6	13 667	3
BL	121 627	80	23 214	15	7 108	5
BI	278 530	73	83 915	22	21 560	6
LVT	302 423	73	85 996	21	23 673	6
ALT	1 123 389	63	569 132	32	99 764	6
ALG	81 064	76	14 295	13	10 866	10

Os valores apresentados no quadro 7 indicam que a forma de exploração da SAU por conta própria representa cerca de 70 %, enquanto o arrendamento e as outras formas situam-se nos 24 % e 5%, respectivamente. Em Portugal Continental, é na região Trás-os-Montes que a conta própria apresenta maior expressão, e na região Alentejo que o arrendamento demonstra alguma importância. A representatividade do arrendamento na SAU aumenta em função da dimensão das explorações.

Quadro 8. – Contabilidade agrícola, por região (Fonte: INE, 2007 b)

Regiões	Contabilidade Agrícola, por Região					
	Contabilidade organizada		Registo de receitas e despesas		Sem registo sistemático	
	Nº Exp.	%	Nº Exp.	%	Nº Exp.	%
Portugal	24 107	7	24 645	8	275 168	85
Continente	22 832	8	21 442	7	252 772	85
EDM	3 865	7	2 084	4	46 747	89
TM	2 303	4	3 145	5	56 201	91
BL	3 256	6	2 548	4	53 019	90
BI	1 429	4	1 839	5	32 481	91
LVT	5 582	13	6 016	14	32 252	74
ALT	5 410	18	4 699	16	19 449	66
ALG	988	7	1 111	8	12 622	86

Analisando o quadro 8, verifica-se que a maior parte das explorações não tem qualquer tipo de registo sistemático, em termos de contabilidade agrícola. Apenas nas regiões Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo a contabilidade organizada e o simples registo de receitas e despesas tem algum significado.

No entanto, como se pode verificar no quadro 9, a importância da contabilidade organizada aumenta consideravelmente nas explorações de maior dimensão, atingindo os 57% nas explorações com 50 e mais hectares.

Quadro 9. – Contabilidade agrícola, por classes SAU (Fonte: INE(2), 2007)

Classes de SAU	Contabilidade Agrícola, por Região					
	Contabilidade organizada		Registo de receitas e despesas		Sem registo sistemático	
	Nº Exp.	%	Nº Exp.	%	Nº Exp.	%
Total	24107	7	24645	8	275168	85
< 1 ha	1844	2	2530	3	70356	94
1 a < 5 ha	4674	3	8824	5	154094	92
5 a < 20 ha	7924	14	8196	14	42365	72
20 a < 50 ha	3752	28	3062	24	5980	47
>= 50 ha	5913	57	2032	20	2374	23

Na sua maioria, o produtor agrícola em Portugal é um produtor singular, por conta própria, sem qualquer registo de contas, o que indica um conhecimento reduzido e empírico da sua real situação e consequente pouca capacidade de investimento e modernização das explorações.

3.3. Distribuição Regional e Estrutura das Explorações Agrícolas

A distribuição do olival varia bastante de região para região e também conforme o destino da produção.

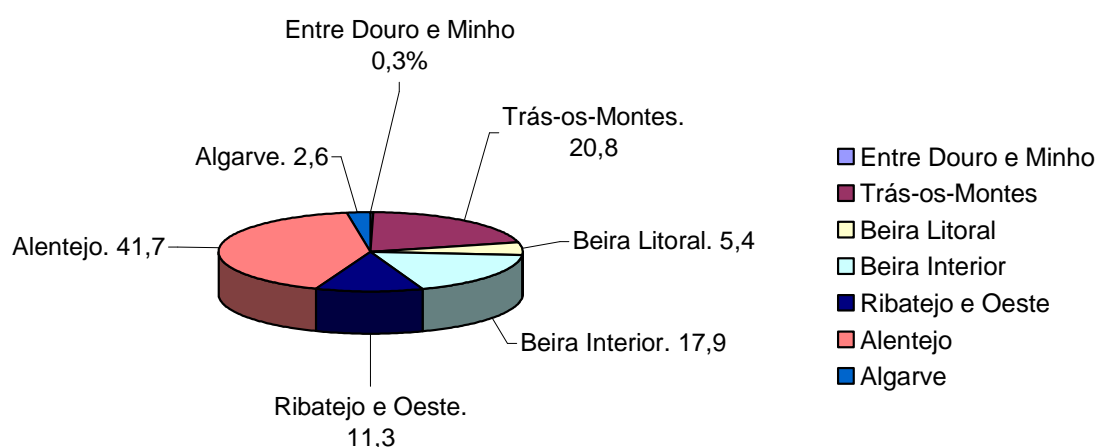


Fig. 4. – Distribuição regional da superfície de olival para azeite (Fonte: INE in GPP, 2007 c)

Segundo os valores da figura 4, no olival para azeite a principal região é a região Alentejo, enquanto que no olival para azeitona de mesa a região dominante é a de Trás-os-Montes.

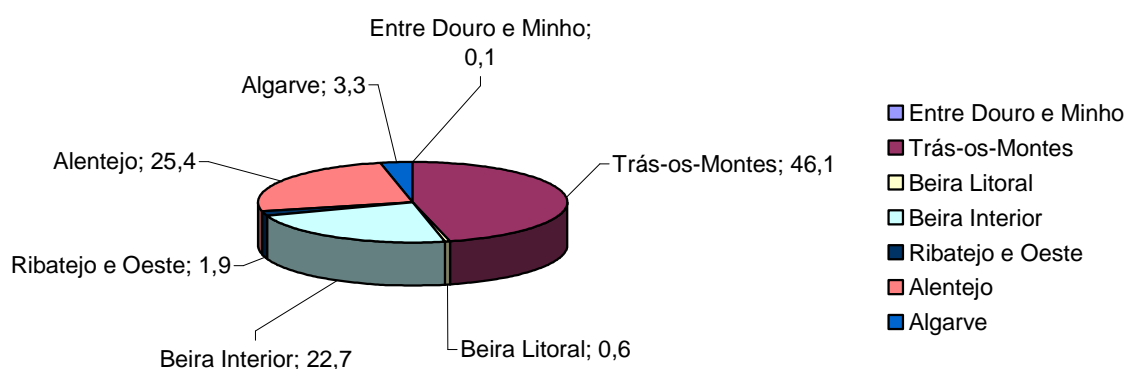


Fig. 5. – Distribuição regional da superfície de olival para azeitona de mesa (Fonte: INE cit in GPP, 2007 c)

Embora com menos explorações, do que as existentes na região Beira Litoral, a região Alentejo é a região com mais superfície de olival, seguida pela região Trás-os-Montes, como se pode verificar na figura 5.

Quadro 10. – Distribuição do número de explorações com olival e da respectiva área por região (Adaptado de INE in GPP, 2007 c)

Regiões Agrárias	Explorações		Superfície		Superfície Média por Exploração (ha)
	Número	(%)	ha	(%)	
EDM	6702	4,1	1126	0,3	0,17
TM	39284	24,1	72288	21,6	1,84
BL	26367	16,2	17585	5,2	0,67
BI	36092	22,1	60325	18	1,67
LVT	19974	12,2	36829	11	1,84
ALT	23040	14,1	138084	41,2	5,99
ALG	11639	7,1	8791	2,6	0,76
Portugal	163098	100	335028	100	2,05

Ao se observar o quadro 10, verifica-se que a área média por exploração em Portugal é de 2,05 ha, principalmente devido à região Alentejo que ultrapassa esse valor. Todas as outras regiões têm uma dimensão média abaixo desse valor.

Em termos de superfície de olival as regiões Algarve, Entre Douro e Minho, Beira Litoral e, até mesmo, Lisboa e Vale do Tejo apresentam valores muito baixos. Todas juntas não chegam aos 20 % da Superfície Total Nacional.

Na figura 6 é possível observar a representatividade da área de olival na SAU e o peso da MBS (Margem Bruta Standard ou Margem Bruta Padrão) do olival no total da MBS das explorações agrícolas, respectivamente.

A margem bruta padrão (MBS) de cada actividade consiste, para um dado ano, no valor monetário da produção agrícola bruta, deduzido dos principais custos específicos proporcionais correspondentes à produção em questão. Esta margem não é obtida para cada exploração em concreto mas com base em valores médios, numa dada região, representativos do sistema de produção associado à actividade em causa, utilizando determinada tecnologia de produção. (INE, 2007 b)

Observando a figura 6 é possível verificar alguma coincidência entre os concelhos em que a margem bruta do olival tem maior expressão na margem bruta total das explorações, e os concelhos em que área de olival é mais representativa na SAU respectiva.

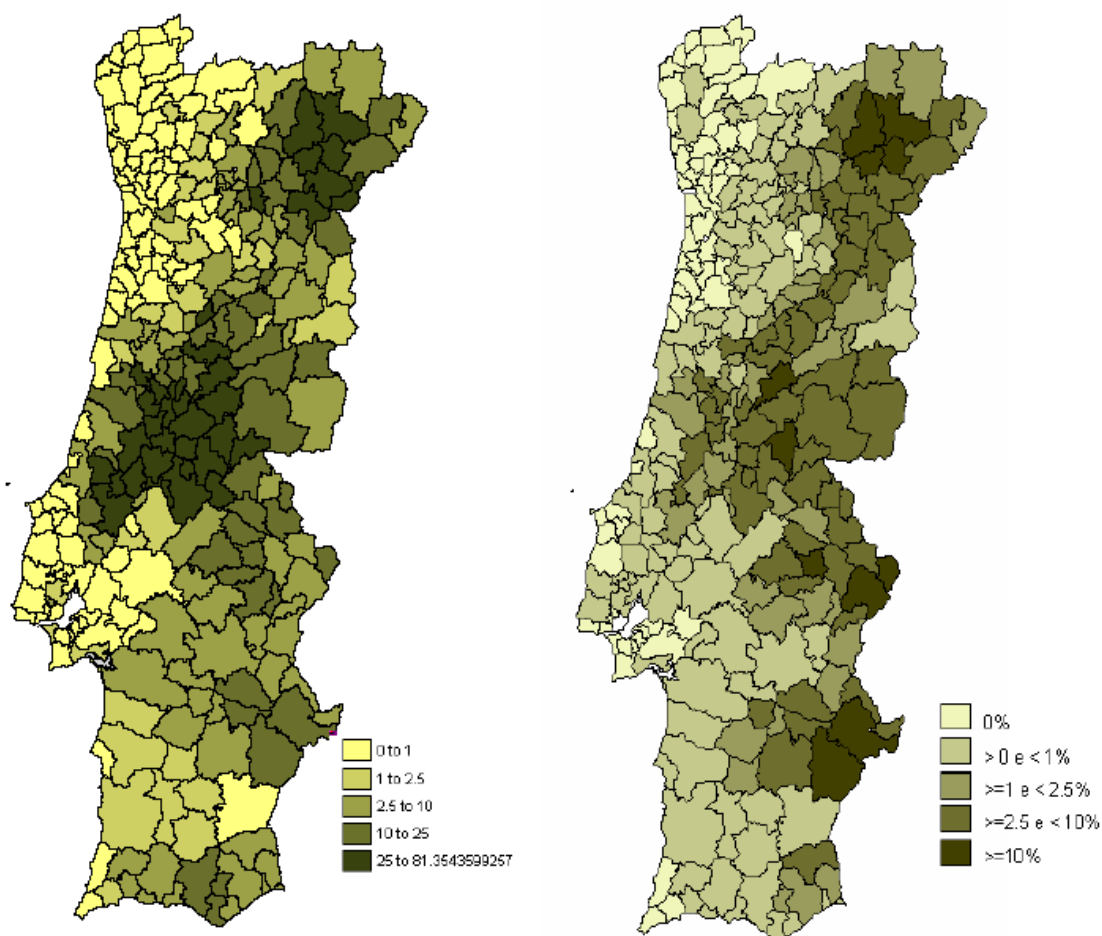


Fig. 6. – Representatividade da área de olival na SAU e peso da MBS do olival no total da MBS das explorações agrícolas (Fonte: GPP, 2007 c)

A agricultura portuguesa é composta por realidades muito distintas, o que a torna complexa e de difícil caracterização. Por isso, as explorações podem ser tipificadas em grupos de Orientação Técnico-Económica (OTE) e de Dimensão Económica (DE) de acordo com a tipologia comunitária, concebida de forma a constituir grupos de explorações homogéneos. A OTE e a DE são determinadas com base da Margem Bruta Standard (MBS). (GPP, 2007 c)

3.3.1. Entre Douro e Minho

Como se pode observar nos quadros 11 e 12, a área total de olival desta região é apenas de 994 ha. A maior parte das explorações são pequenas ou muito pequenas e não especializadas. A área de olival em explorações especializadas em olivicultura é de 6 ha, o que representa 0,6 % da área regional de olival.

Quadro 11. – Caracterização das explorações da região Entre Douro e Minho com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)

EDM								
Classes de OTE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
	nº	%	ha	%				
Agricultura Geral	938	30,1	270	27,2	2604	10,4	0,3	2,8
Viticultura	384	12,3	142	14,2	1651	8,6	0,4	4,3
Diversas	892	28,7	316	31,8	2631	12	0,4	2,9
Especialização Olival	7	0,2	6	0,6	6	95,6	0,9	0,9
Outros Herbívoros	393	12,6	115	11,5	1536	7,5	0,3	3,9
Culturas e Pecuária	286	9,2	92	9,3	1511	6,1	0,3	5,3
Outras	213	6,8	53	5,3	855	6,2	0,2	4
Total	3113	100	994	100	10794	9,2	0,3	3,5

Quadro 12 - Caracterização das explorações com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)

EDM								
Classes de DE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
	nº	%	ha	%				
(0<de<2) clde=0;	587	18,9	145	14,6	614	23,6	0,2	1
(2 <= de<4) clde=1;	1036	33,3	268	26,9	1919	13,9	0,3	1,9
(4 <= de<8) clde=2;	942	30,3	316	31,8	3220	9,8	0,3	3,4
(8 <= de<16) clde=3;	358	11,5	156	15,7	2208	7,1	0,4	6,2
(16 <= de<40) clde=4;	150	4,8	80	8	1444	5,5	0,5	9,6
(de >= 40) clde=5;	40	1,3	30	3	1390	2,1	0,7	34,7
Total	3113	100	994	100	10794	9,2	0,3	3,5

3.3.2. Trás-os-Montes

Esta região é das mais importantes regiões olivícolas de Portugal. A sua área de olival é de 72 202 ha, que representa 27,6 % da superfície agrícola utilizada da região.

Também o número de explorações especializadas com olivicultura é superior à maior parte das outras regiões do país, como se pode verificar no quadro 13.

Quadro 13. - Caracterização das explorações da região Trás-os-Montes com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)

TM								
Classes de OTE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU ha	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração ha	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%				
Viticultura	5487	15,4	5556	7,7	29203	19	1	5,3
Culturas Permanentes Diversas	19252	53,9	38259	53	130232	29,4	2	6,8
Especialização Olival	5799	16,2	20686	28,7	31676	65,3	3,6	5,5
Outros Herbívoros	1583	4,4	1974	2,7	27236	7,2	1,2	17,2
Culturas e Pecuária	1675	4,7	3882	5,4	21758	17,8	2,3	13
Outras	1922	5,4	1845	2,6	21341	8,6	1	11,1
Total	35718	100	72202	100	261445	27,6	2	7,3

Em termos de dimensão económica, observando-se o quadro 14 observa-se que a maior parte das explorações com olival são muito pequenas (com MBS até 2 UDE), mas representam apenas 14,6% da superfície da cultura

Quadro 14. - Caracterização das explorações da região Trás-os-Montes com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)

TM								
Classes de DE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU ha	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração ha	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%				
(0<de<2) cide=0;	14749	41,3	10510	14,6	30987	33,9	0,7	2,1
(2 <= de<4) cide=1;	9418	26,4	13768	19,1	46583	29,6	1,5	4,9
(4 <= de<8) cide=2;	6459	18,1	15716	21,8	58639	26,8	2,4	9,1
(8 <= de<16) cide=3;	3311	9,3	13138	18,2	54366	24,2	4	16,4
(16 <= de<40) cide=4;	1456	4,1	10900	15,1	45891	23,8	7,5	31,5
(de >= 40) cide=5;	325	0,9	8169	11,3	24979	32,7	25,1	76,9
Total	35718	100	72202	100	261445	27,6	2	7,3

A área de olival predomina na classe de 4 e 8 UDE (4800 a 9600€ de MBS) com 21,8 % da área de olival. Nesta classe a área média de olival por exploração é de 2,43 ha.

3.3.3. Beira Litoral

O quadro 15 indica que nesta região, as explorações especializadas em olivicultura representam apenas 1,6 % das explorações com olival e 4,2 % da área de olival da região. Embora com alguma importância em termos de área ocupada na região, o olival não é uma cultura importante.

Quadro 15. - Caracterização das explorações da região Beira Litoral com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)

BL							
Classes de OTE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU ha	% de olival na SAU	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%			
Viticultura	4157	18,7	3568	20,5	10207	35	2,5
Culturas Permanentes Diversas	698	3,1	1242	7,1	1374	90,4	2
Especialização Olival	374	1,7	729	4,2	2875	25,4	7,7
Outros Herbívoros	3746	16,8	3399	19,6	11301	30,1	3
Culturas e Pecuária	1627	7,3	1456	8,4	4283	34	2,6
Outras	11647	52,3	6986	40,2	24123	29	2,1
Total	22249	100	17380	100	54163	32,1	2,4

Quadro 16. - Caracterização das explorações da região Beira Litoral com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)

BL							
Classes de DE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU ha	% de olival na SAU	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%			
(0<de<2) clde=0;	14574	65,5	8660	49,8	20234	42,8	1,4
(2 <= de<4) clde=1;	5011	22,5	4512	26	14277	31,6	2,8
(4 <= de<8) clde=2;	1716	7,7	2103	12,1	8490	24,8	4,9
(8 <= de<16) clde=3;	622	2,8	1028	5,9	5071	20,3	8,2
(16 <= de<40) clde=4;	256	1,2	800	4,6	4389	18,2	17,1
(de >= 40) clde=5;	70	0,3	278	1,6	1702	16,3	24,3
Total	22249	100	17381	100	54163	32,1	2,4

Analisando o quadro 16, verifica-se que 65,5 % das explorações com olival são muito pequenas, representando 49,8 % da superfície da cultura. A área média de olival destas explorações é de 0,59 ha.

3.3.4. Beira Interior

A região da Beira Interior, em termos olivícolas, é uma região com alguma importância a nível nacional., como se pode verificar no quadro 17. A sua área de olival é de 60 273 ha, representando 21,6 % da superfície agrícola utilizada da região.

As explorações especializadas em olivicultura são 25,6% do total de explorações com olival, absorvendo 31,5% da área de olival regional.

Quadro 17. - Caracterização das explorações da região Beira Interior com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)

BI							
Classes de OTE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU	% de olival na SAU	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%			
Viticultura	4157	18,7	3568	20,5	10207	35	2,5
Culturas Permanentes Diversas	698	3,1	1242	7,1	1374	90,4	2
Especialização Olival	374	1,7	729	4,2	2875	25,4	7,7
Outros Herbívoros	3746	16,8	3399	19,6	11301	30,1	3
Culturas e Pecuária	1627	7,3	1456	8,4	4283	34	2,6
Outras	11647	52,3	6986	40,2	24123	29	2,1
Total	22249	100	17380	100	54163	32,1	2,4

Quadro 18. - Caracterização das explorações da região Beira Interior com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)

BI							
Classes de DE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU	% de olival na SAU	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%			
(0<de<2) clde=0;	24233	70,8	22592	37,5	43967	51,4	1,8
(2 <= de<4) clde=1;	5078	14,8	10043	16,7	27549	36,5	5,4
(4 <= de<8) clde=2;	2537	7,4	7424	12,3	29147	25,5	11,5
(8 <= de<16) clde=3;	1291	3,8	5306	8,8	33236	16	25,7
(16 <= de<40) clde=4;	748	2,2	5720	9,5	54290	10,5	72,6
(de >= 40) clde=5;	334	1	9188	15,2	91337	10,1	273,5
Total	34221	100	60273	100	279526	21,6	8,2

Analisando os valores apresentados no quadro 18, a maior parte de área de olival pertence a explorações muito pequenas (até 2 UDE) com uma área de olival de exploração de 0,9 ha, que representam 70,8 % das explorações com olival da região.

Da observação do quadro 18 ressalta ainda uma percentagem importante de área de olival nas explorações pertencentes à classe de mais de 40 UDE, 15,2 %. A área de olival por exploração nestes casos é de 27,5 ha.

3.3.5. Lisboa e Vale do Tejo

A área de olival desta região é de 36 789 ha, que representa 32,7 % da superfície agrícola utilizada da região.

Como se pode observar no quadro 19, nesta região verifica-se que 32,7 % das explorações com olival são especializadas em olivicultura, detendo cerca de 42,5 % da área de olival da região e apresentando uma área média de olival por exploração de 2,51 ha.

Quadro 19. - Caracterização das explorações da região Lisboa e Vale do Tejo com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)

LVT								
Classes de OTE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU ha	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração ha	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%				
Agricultura Geral	2170	11,4	4638	12,6	30039	15,4	2,1	13,8
Culturas Permanentes								
Diversas	7523	39,4	12226	33,2	27352	44,7	1,6	3,6
Especialização Olival	6215	32,6	15628	42,5	19797	78,9	2,5	3,2
Culturas e Pecuária	775	4,1	1798	4,9	8493	21,2	2,3	11
Outras	2400	1,3	2499	0,7	26955	9,3	1	11,2
Total	19083	100	36789	100	112636	32,7	1,9	5,9

Quadro 20. - Caracterização das explorações da região Lisboa e Vale do Tejo com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)

LVT								
Classes de DE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU ha	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração ha	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%				
(0<de<2) clde=0;	8170	42,8	5836	15,9	9734	60	0,7	1,2
(2 <= de<4) clde=1;	4958	26	6592	17,9	11825	55,7	1,3	2,4
(4 <= de<8) clde=2;	3079	16,1	6984	18,9	13170	52,9	2,3	4,3
(8 <= de<16) clde=3;	1553	8,1	5075	13,8	12563	40,4	3,3	8,1
(16 <= de<40) clde=4;	840	4,4	4069	11,1	13233	30,8	4,8	15,8
(de >= 40) clde=5;	483	2,5	8253	22,4	52112	15,8	17,1	107,9
Total	19083	100	36789	100	112636	32,7	1,9	5,9

Como se pode verificar no quadro 20, as explorações são principalmente explorações muito pequenas, e a maior parte da área de olival pertence às explorações pertencentes às classes de 2 a 4 UDE, de 4 a 8 UDE e mais de 40 UDE, esta última com 22,4 % da área de olival total da região.

3.3.6. Alentejo

Os valores apresentados no quadro 21, mostram que a região Alentejo é uma das principais regiões olivícolas nacionais, com cerca de 138 072 ha de área de olival. Embora tenha a nível nacional a maior área de olival em termos regionais, o olival apenas representa 11,9 % da superfície agrícola utilizada.

As explorações especializadas em olivicultura também atingem o seu maior número nesta região, 43,3, % do total com explorações de olival, que abrange 40,1 % da área de olival regional.

Quadro 21. - Caracterização das explorações da região Alentejo com olival de acordo com as classes de OTE (Fonte: GPP, 2007 c)

ALT								
Classes de OTE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
	nº	%	ha	%			ha	ha
Agricultura Geral	4296	23,9	34114	32,8	338308	10,1	7,9	78,7
Viticultura	906	5	3637	3,5	17406	20,9	4	19,2
Culturas Permanentes I	2565	14,2	17309	16,7	71952	24,1	6,7	28,1
Especialização Olival	7799	43,3	41678	40,1	62513	66,7	5,3	8
Outros Herbívoros	2669	14,8	15713	15,1	342424	4,6	5,9	128,3
Culturas e Pecuária	2211	12,3	20673	19,9	273733	7,6	9,4	123,8
Outras	1855	2,8	4947	1,1	53983	9,2	2,7	29,1
Total	22301	100	138072	100	1160319	11,9	6,2	52

Quadro 22. - Caracterização das explorações da Região Alentejo com olival de acordo com as classes de DE (Fonte: GPP, 2007 c)

ALT								
Classes de DE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração	SAU média por Expl.
	nº	%	ha	%			ha	ha
(0<de<2) clde=0;	11971	53,7	20017	14,5	44957	44,5	1,7	3,8
(2 <= de<4) clde=1;	3123	14	12483	9	36481	34,2	4	11,7
(4 <= de<8) clde=2;	2353	10,6	14148	10,2	54268	26,1	6	23,1
(8 <= de<16) clde=3;	1803	8,1	16318	11,8	98102	16,6	9,1	54,4
(16 <= de<40) clde=4;	1644	7,4	24543	17,8	230669	10,6	14,9	140,3
(de >= 40) clde=5;	1407	6,3	50563	36,6	695842	7,3	35,9	194,6
Total	22301	100	138072	100	1160320	11,9	6,2	52

No que se refere aos valores da área de olival apresentados no quadro 22, verifica-se que a maior área pertence às explorações com mais de 40 UDE e de 16 a 40 UDE, que apresentam uma área média de olival por exploração de 35,9 ha e 14,9 ha, respectivamente.

3.3.7. Algarve

A região Algarve é uma região muito pouco direccionada para a olivicultura, como se pode verificar no quadro 23: a área total de olival é de 8 718 ha, que representa 14,3 % da superfície agrícola utilizada.

As explorações agrícolas e especializadas em olivicultura representam 2,4 % do total das explorações com olival e 3,5% da área de olival da região.

Quadro 23. - Caracterização das explorações da região Algarve com olival de acordo com as classes de OTE
(Fonte: GPP, 2007 c)

ALG								
Classes de DE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração ha	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%	ha			
Agricultura Geral	954	9,8	671	7,7	6172	10,9	0,7	6,5
Culturas Permanentes I	7580	78	7026	80,6	42693	16,5	0,9	5,6
Especialização Olival	230	2,4	308	3,5	589	52,4	1,3	2,6
Outros Herbívoros	295	3	199	2,3	5769	3,4	0,7	19,5
Culturas e Pecuária	228	2,3	223	2,6	3181	7	1	14
Outras	425	2,1	290	1,6	2422	12	0,7	5,7
Total	9713	100	8718	100	60826	14,3	0,9	6,3

Quadro 24 - Caracterização das explorações da região Algarve com olival de acordo com as classes de DE
(Fonte: GPP, 2007 c)

ALG								
Classes de DE	Explorações com olival		Área de Olival		SAU	% de olival na SAU	Área de Olival por exploração ha	SAU média por Expl. ha
	nº	%	ha	%	ha			
(0<de<2) clde=0;	4228	43,5	2216	25,4	8751	25,3	0,5	2,1
(2 <= de<4) clde=1;	2229	22,9	1830	21	10621	17,2	0,8	4,8
(4 <= de<8) clde=2;	1748	18	1992	22,9	13327	14,9	1,1	7,6
(8 <= de<16) clde=3;	923	9,5	1251	14,4	10534	11,9	1,4	11,4
(16 <= de<40) clde=4;	442	4,6	750	8,6	9143	8,2	1,7	20,7
(de >= 40) clde=5;	143	1,5	678	7,8	8450	8	4,7	59,1
Total	9713	100	8718	100	60826	14,3	0,9	6,3

Como se pode observar no quadro 24, em termos de dimensão económica o maior número de explorações, tal como a maior parte da área de olival da região, pertencem às explorações com menos de 8 UDE.

A nível nacional verifica-se que a maior parte das explorações são muito pequenas, com pouca capacidade de investimento.

O investimento em olival apenas se justifica nas explorações que para além da capacidade de investimento, também apresentem áreas de olival que tornem esse investimento rentável.

3.4. Características Agronómicas do Olival

Os olivais são conduzidos de forma diferente conforme as regiões. Essas diferenças são principalmente devido às próprias características das regiões, como o clima, o tipo de solos, mas também devido a algumas características já referidas, como por exemplo: a dimensão das explorações, a capacidade de investimento do produtor e a importância da olivicultura na região.

Segundo os valores apresentados no quadro 25, a variedade Galega é a principal variedade em quase todas as regiões de País, apenas em Trás-os-Montes e no Algarve tal não acontece.

Em Trás-os-Montes, existe uma certa distribuição das variedades: a Negrinha, a Cobrançosa, a Madural e a Verdeal Transmontana representam 70 % da zona. No Algarve a variedade que predomina é a Maçanilha Algarvia, seguida pela Galega com apenas 16 % de representação.

Quadro 25. – Principais variedades de oliveira por região (Fonte: ACACSA, 2004)

	EDM	TM	BL	BI	LVT	ALT	ALG
	%	%	%	%	%	%	%
Galega	82	-	98	73	65	59	16
Carrasquenha	-	-	-	8	-	-	-
Cobrançosa	-	18	-	-	12	7	-
Cordovil	-	10	-	-	-	11	-
Madural	-	16	-	-	-	-	-
Negrinha	9	21	-	-	-	-	-
Picual	-	-	-	-	7	-	-
Verdeal Alentejana	-	-	-	-	10	5	-
Verdeal Transmontana	-	15	-	-	-	-	-
Maçanilha Algarvia	-	-	-	-	-	-	74
Outras	9	20	2	19	6	18	10

Os olivais nas regiões mais importantes, em termos olivícolas (Alentejo, Trás-os-Montes e Beira Interior), são maioritariamente estreme, enquanto que nas regiões com menos importância (Entre Douro e Minho, Algarve e Beira Litoral) são consociados com outras culturas, como se pode verificar pelo quadro 26.

Quadro 26. – Percentagem de olival consociado ou estreme por região (Fonte: ACACSA, 2004)

Regiões	EDM	TM	BL	BI	LVT	ALT	ALG
Olival	%	%	%	%	%	%	%
Estreme	9	71	23	56	59	70	18
Consociado	91	29	77	44	41	30	82

A figura 7 indica-nos que, normalmente, as culturas com as quais o olival se encontra associado são culturas arvenses, vinha, forragens, amendoal e figueiral.

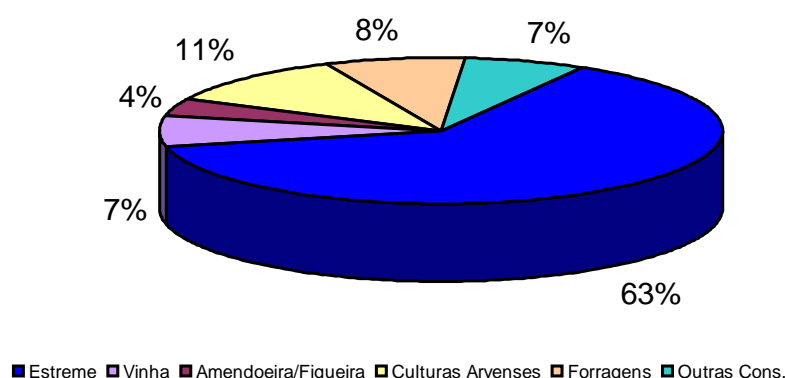


Fig. 7 – Principais culturas em consociação com olival (Fonte: ACACSA, 2004)

O olival com compasso regular só predomina nas Regiões de Trás-os-Montes e Alentejo. Nestas Regiões existe alguma preocupação em melhorar e evoluir a olivicultura em Portugal e isso nota-se nos cuidados com o olival. Neste caso específico, em ter olivais com compassos definidos de modo a facilitar as operações culturais.

Quadro 27 – Tipo de compasso do olival por região (Fonte: (ACACSA, 2004)

Regiões \ Compasso	EDM %	TM %	BL %	BI %	LVT %	ALT %	ALG %
Regular	3	53	14	38	39	74	14
Irregular	25	34	46	49	46	21	24
Disperso	72	13	40	13	15	5	62

Quadro 28 – Distribuição do número de explorações e da superfície de olival regado (Fonte: INE cit in GPP, 2007 c)

Regiões Agrárias	Explorações Número	Explorações (%)	Superfície ha	Superfície (%)
EDM	476	6,8	96	0,7
TM	2040	29,1	4006	28,4
BL	639	9,1	233	1,6
BI	2101	29,9	1489	10,5
LVT	477	6,8	1208	8,5
ALT	1156	16,5	7049	49,9
ALG	131	1,9	48	0,3
Portugal	7020	100	14130	100

Observando o quadro 28, verifica-se que o olival é predominantemente de sequeiro em todo o país. Apenas as regiões do Alentejo e Trás-os-Montes apresentam uma superfície razoável de olival regado.

A região Alentejo é mesmo responsável por quase metade da superfície de olival regado de todo o país, com apenas 16,5 % do total das explorações que regam o olival.

3.5. Novas Plantações de Olival

Como já se referiu, a olivicultura ganhou novo fôlego nos últimos anos com um maior interesse dos produtores em plantar olivais mais competitivos, que garantam maior rendimento e maior qualidade do produto e, também, com a recuperação de olivais antigos.

O efeito positivo na produção resultante destes olivais novos só agora é que se começa a verificar, visto que a maior deles foram plantados ao abrigo das ajudas previstas no programa de plantação de 30 000 ha que Portugal beneficiou até 2006.

Segundo o GPP (2007) c, os apuramentos já efectuados do programa de plantação dos 30 000 ha apontam para uma expressão do regadio da ordem dos 76% da área plantada com novas plantações (excluídas as áreas de adensamento), com a região do Alentejo a perfazer cerca de 88% da área regada. Já na região de Trás-os-Montes o sequeiro é dominante, com uma representatividade próxima dos 84% no total da área equivalente de sequeiro.

Quadro 29. – Programa nacional de plantação/representatividade regional do regadio nas novas plantações
(Fonte GPPAA cit in GPP, 2007 c)

Regiões Agrárias	Regadio		Sequeiro	
	%	Densidade nº oliv./ha	%	Densidade nº oliv./ha
EDM	0	-	-	-
TM	4	280	84	239
BL	1	257	2	228
BI	3	323	5	282
LVT	3	805	5	249
ALT	88	321	4	195
ALG	3	302	0	158

Na região Lisboa e Vale do Tejo um dos objectivos dos últimos anos era plantar 2469 ha, mas apenas se plantaram cerca de 917,26 ha, dos quais 208,54 foram superintensivos. (DRALVT, 2007)

Embora sem a mesma influência que as novas plantações poderão ter nas produções, também se têm verificado várias tentativas de melhorar os olivais existentes. No quadro 30 pode-se verificar a quantidade de ajudas que têm sido distribuídas para a modernização dos olivais.

Quadro 30. – Modernização do olival 1986-1999 (Fonte: IFADAP cit in GPP, 2007 c)

Regiões Agrárias	Arranque		Plantação+Enxertia+Adensamentos		
	PEDAP	PAMAF	PEDAP	PAMAF	Total
EDM	268	49	-	-	-
TM	2248	12	3263	3800	7075
BL	793	71	171	200	371
BI	3142	51	1007	840	1847
LVT	13982	1434	1205	860	2065
ALT	10103	583	7733	6900	14633
ALG	2817				
Continente	31004	2200	13379	12600	25979

Segundo o GPP (2007) c, no período em que vigorou o QCA II, de 1994 a 1999 disponibilizaram-se cerca de 40 milhões de euros, afectos, maioritariamente, à plantação de olival novo, e também à reconversão de olival existente, à aquisição de equipamentos de rega, de colheita e de limpeza de azeitona. Na vertente da transformação foram realizados investimentos significativos, superiores a 45 milhões de euros, na modernização dos lagares existentes e na construção de novos lagares, num total de 86,3 milhões de euros dirigidos à fileira.

No QCA III, entre 2001 e 2005, os investimentos aprovados pelo Programa AGRO em novas plantações de olival totalizavam 15 604 ha, e o total do investimento na transformação e comercialização situava-se em 37,8 milhões de euros.

A figura 8 mostra a evolução dos pedidos de financiamento para novas plantações entre 2001 e 2005, sendo de salientar o seu forte crescimento em 2005 em resultado das expectativas criadas após a reforma do sector em 2004.

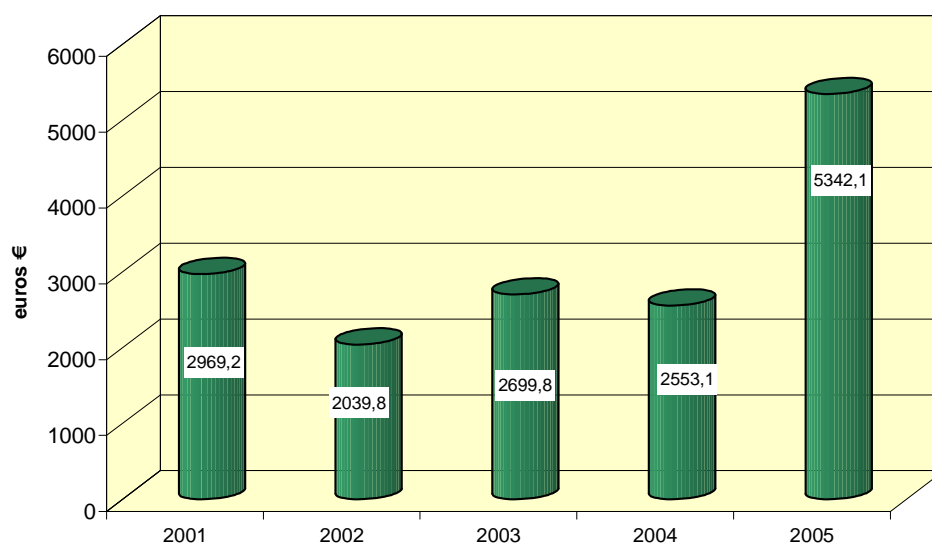


Fig. 8. – Pedidos de financiamento para novas plantações até 2005 (Fonte: IFADAP cit in GPP, 2007 c)

Relativamente ao olival em sistema de agricultura biológica, a maior parte situa-se no Alentejo, tendo a sua plantação aumentado, consideravelmente, nos anos de 1987 a 2002. Embora em 2002 a plantação de olival biológico no Alentejo tenha sofrido uma sucessiva quebra, em 2004, o valor ainda se encontra bastante acima das outras regiões.

As regiões de Trás-os-Montes e Beira Interior têm tido uma evolução positiva na plantação de olivais biológicos, embora longe dos valores da região do Alentejo.

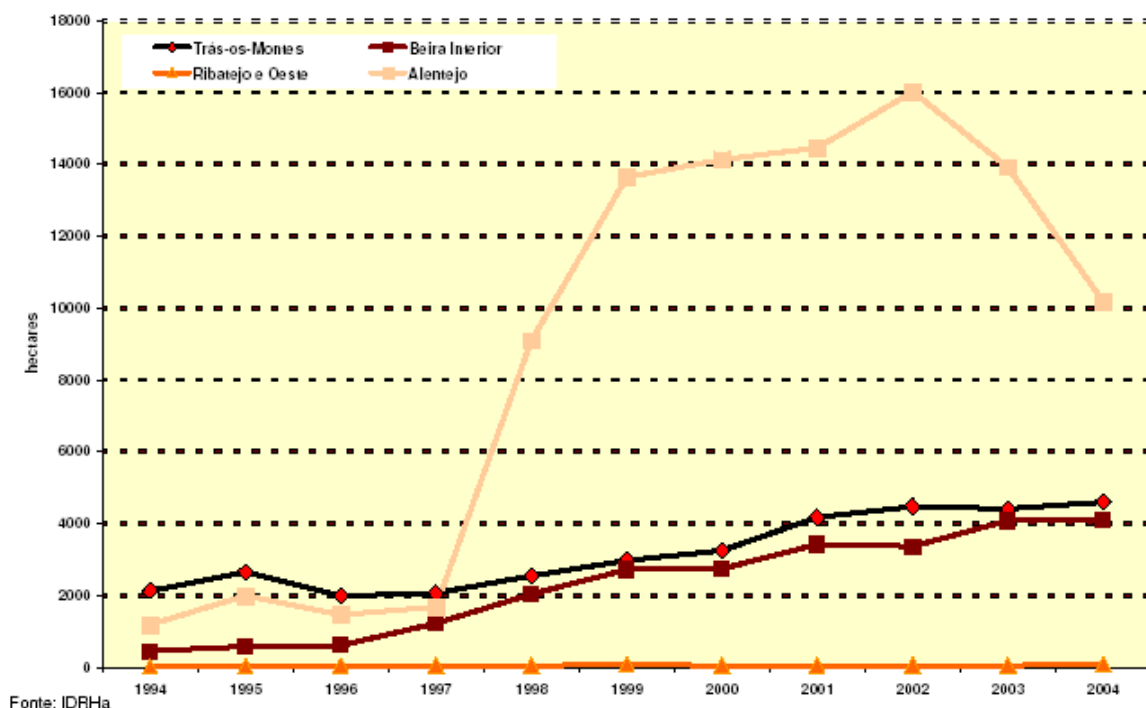


Fig. 9. – Evolução da plantação de olivais sem sistema de agricultura biológica por região (Fonte: IDRHa cit in GPP, 2007 c)

3.6. Produção e Rendimentos

A produção da azeitona tem principalmente dois destinos em Portugal: produção de azeite e azeitona de mesa. Nos quadros 31 e 32 é possível verificar a evolução da área, produtividade e produção da azeitona para azeite e azeitona de mesa.

Quadro 31. – Evolução da área, produtividade e produção da azeitona para azeite (Fonte INE, 2007 a)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Área (1000 ha)	329	329	329	329	325	322	327	331	330	323	326	328	337	359	359	359	359	364	364	365
Produção (1000 t)	335	272	110	310	178	421	141	238	222	311	275	309	226	321	167	219	212	233	301	318
Rendimento (t/ha)	1,02	0,83	0,34	0,94	0,55	1,31	0,43	0,72	0,67	0,96	0,84	0,94	0,67	0,9	0,47	0,61	0,59	0,64	0,83	

No sector da produção de azeitona para azeite percebe-se que embora se verifique um pequeno acréscimo de área tal não se verificou numa evolução positiva quer da produção de azeitona quer do rendimento de azeite, sendo este menor que o de 1986.

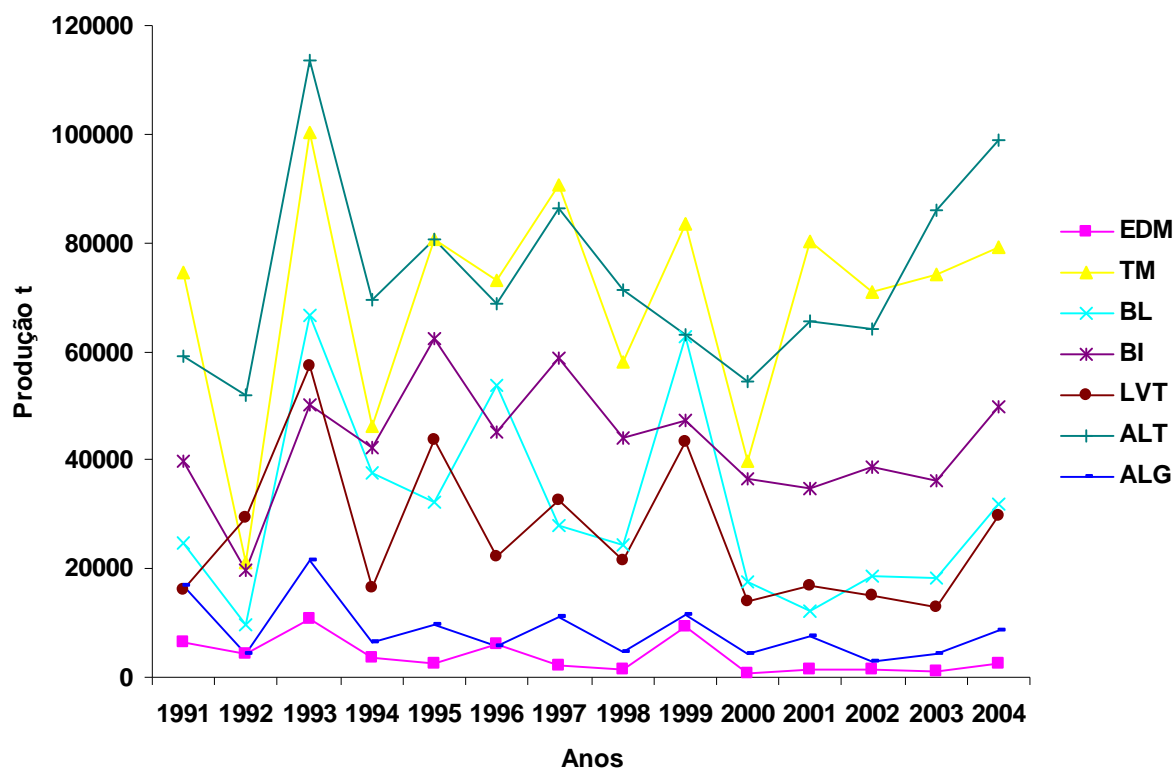


Fig. 10. – Evolução da produção de azeitona para azeite nas principais regiões produtoras (Fonte: INE, 2006 a)

As regiões Alentejo e Trás-os-Montes têm sido as principais produtoras de azeitona para azeite desde 1984, seguidas pela região Beira Interior, exceptuando um ou outro ano.

Quadro 32. - Evolução da área, produtividade e produção da azeitona de mesa (Fonte INE, 2007 b)

	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Área (1000 ha)	10,8	11,1	11,5	11,8	11,9	12,3	12,4	10,1	10,5	10,4	10,4	10,4	10,8	10,5	10,5	10,6	10,6	10,6	10,6	11,2
Produção (1000 t)	21,1	19,2	19,9	21	20,2	23	16,5	11	10	8,5	9	10,3	8,6	11,6	7,6	13,7	11,6	11,3	11,4	8
Rendimento (t/ha)	1,96	1,73	1,73	1,79	1,69	1,87	1,33	1,09	0,96	0,82	0,87	0,99	0,79	1,11	0,72	1,29	1,1	1,06	1,07	0,71

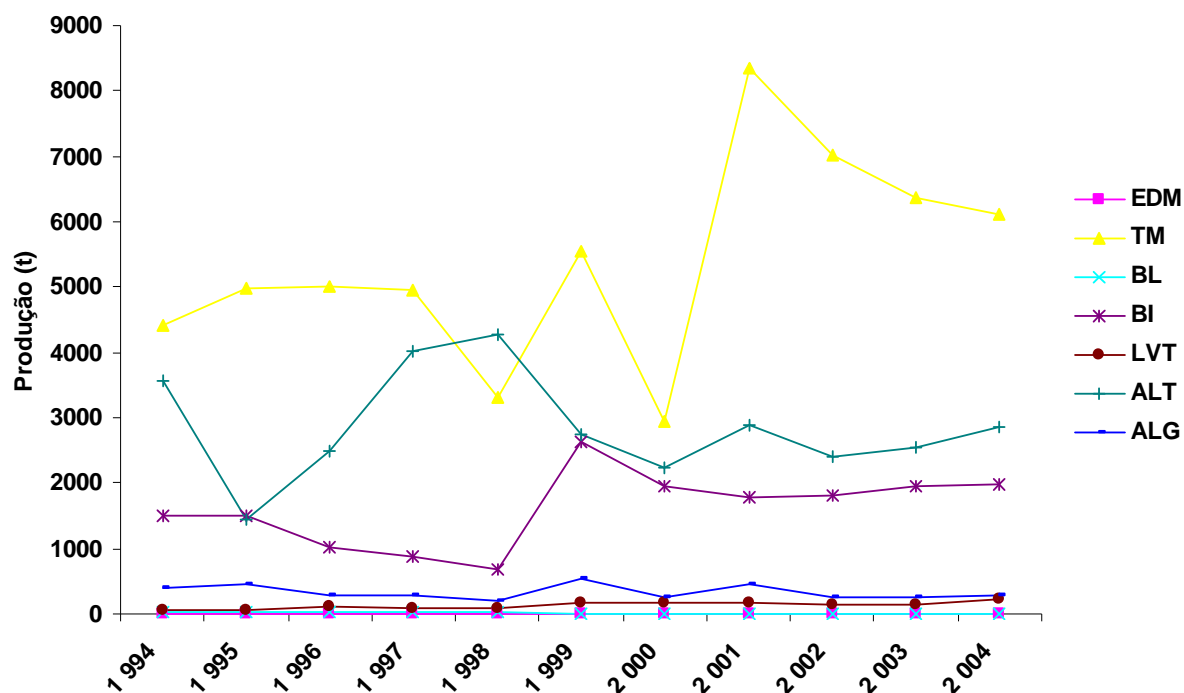


Fig. 11. – Evolução da produção de azeitona de mesa nas principais regiões produtoras (Fonte: INE, 2006 a)

Relativamente à azeitona de mesa, a área tem-se mantido relativamente estável sem grandes alterações ao longo destes anos., mas no que diz respeito à produção e rendimento verificou-se uma redução considerável a seguir à adesão na União Europeia, seguida de alguma estabilidade.

Também no caso da azeitona de mesa as principais regiões produtoras são Trás-os-Montes, Alentejo e Beira Interior.

Observando os resultados de produção de azeitona de uma maneira geral é perceptível que a olivicultura em Portugal depende principalmente das regiões Alentejo, Trás-os-Montes e Beira Interior. As restantes regiões têm pouca influência na produção nacional, embora nos últimos anos se verifique uma vontade de crescer nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Beira litoral.

3.6.1 Estudo do Rendimento dos Olivais

Por forma a dar cumprimento ao Reg.(CE) n.º 1273/99, a ACACSA (Agência de Controlo das Ajudas Comunitárias ao Sector do Azeite) teve por obrigação determinar os rendimentos ao nível das zonas regionais (NUTS). Para este efeito inspeccionaram-se 100 olivicultores em cada Nuts nível II, relativamente aos quais se efectuou o acompanhamento da colheita de azeitona e a sua transformação em azeite, a fim de calcular os rendimentos médios em azeite e azeitona por árvore, a percentagem média de oliveiras, objecto de colheita e a qualidade do azeite obtido.

Este método, considerado o mais indicado para o Núcleo de Estudos e Planeamento da ACACSA, tem uma maior precisão estatística, 20-25% (passível de melhorar com o aumento da amostra). Verificaram-se, no entanto, algumas limitações, nomeadamente:

- A metodologia de controlo, no que se refere, à verificação, no local, das quantidades de azeitona entregues nos lagares por cada olivicultor seleccionado, tornou-se impraticável em diversas situações devido à elevada concentração de entregas de azeitona num curto espaço de tempo e em locais geograficamente distintos.
- Para além disso, foi bastante complicado fazer coincidir uma entrega de azeitona com a presença dos agentes no local, pois para os agricultores, é difícil estabelecer a data e hora exactas com a necessária antecedência. É de realçar que a entrega de azeitona depende de diversos factores, nomeadamente do clima, da disponibilidade de mão-de-obra e do próprio lagar, além de que, muitas das explorações seleccionadas são familiares e os olivicultores procedem à entrega da azeitona durante o fim-de-semana e dias feriados.
- O levantamento no local das entregas de azeitona, não se apresenta, na nossa opinião, essencial para efeitos da determinação dos rendimentos ao nível das Zonas Regionais. Seria suficiente reunir ao processo de cada olivicultor uma cópia da Declaração de Azeite Produzido em que se encontram discriminadas as várias entregas (eventualmente poderia ser exigido um comprovativo das pesagens efectuadas no lagar), uma vez que dificilmente serão detectadas irregularidades numa entrega de azeitona, enquanto os Agentes de Controlo estiverem presentes no lagar. Salienta-se ainda, que os lagares de azeite onde foram efectuadas as entregas de azeitona eram alvo de controlo por parte da Agência e deste modo era possível, de uma forma expedita e sem acréscimo de custos, reunir as referidas Declarações de Azeite Produzido. Eventualmente, nas situações em que os olivicultores entregassem azeitona em lagares não reconhecidos, os agentes deveriam tentar assistir ao maior número possível de entregas. De referir ainda, que devido à dispersão geográfica dos lagares onde foram feitas as entregas e à obrigatoriedade de assistir a pelo menos uma entrega de azeitona por olivicultor, o processo tornou-se extremamente dispendioso, pois não permitia otimizar as deslocações.
- Para além do que foi referido, a amostra de 300 olivicultores seleccionada, teve de ser rectificada todas as campanhas, em função de alterações diversas tais como óbitos, emigração, alteração de prédios explorados e respectivo número de oliveiras (mudança de classe de dimensão), etc.

Foi durante a campanha de 2004/2005 que integrámos a equipa que estudou o rendimento olival em Portugal. Apresentam-se de seguida os vários passos realizados nesse âmbito do mesmo, durante aquela campanha.

3.6.1.1. Campanha 2004/2005

Nos dois últimos trimestres do ano de 2004 efectuaram-se controlos de campo aos 300 olivicultores seleccionados e estimaram-se os rendimentos para a campanha 2004/2005.

Nos quadros 33, 34 e 35 mostra-se o número de controlos de campo efectuados nas diferentes Zonas Homogéneas, assim como a sua distribuição pelas classes de dimensão de olivicultores previamente estabelecidas.

Quadro 33 .- NUTS Nível II – I - Norte

NUTS nível II	ZH	Nº de Olivicultores inspeccionados por classes de dimensão (nº de oliveiras)		
		<250	>=250 e <750	>=750
I	1	6	0	0
I	2	11	2	0
I	3	51	21	6
I	4	0	0	0
I	5	2	0	0
I	7	1	0	0
Total		71	23	6

Quadro 34. - NUTS Nível II – II - Centro

NUTS nível II	ZH	Nº de Olivicultores inspeccionados por classes de dimensão (nº de oliveiras)		
		<250	>=250 e <750	>=750
II	3	4	1	0
II	4	3	0	0
II	5	7	0	0
II	6	18	1	0
II	7	19	2	0
II	10	15	2	0
II	11	22	5	1
Total		88	11	1

Quadro 35 – NUTS Nível II – IV -Alentejo

NUTS nível II	ZH	Nº de Olivicultores inspeccionados por classes de dimensão (nº de oliveiras)		
		<250	>=250 e <750	>=750
IV	11	2	1	0
IV	12	4	2	1
IV	13	2	0	0
IV	14	2	2	2
IV	15	1	1	1
IV	16	5	1	0
IV	17	4	1	1
IV	18	2	1	1
IV	19	5	3	1
IV	20	7	3	2
IV	21	8	7	6
IV	22	11	3	2
IV	23	4	1	0
Total		57	26	17

De realçar que o objectivo regulamentar foi cumprido, tendo-se efectuado os 100 controlos de campo previstos para cada Nuts.

Como se pode verificar no quadro 36, o número total de lagares onde se laborou a azeitona dos 300 olivicultores seleccionados não se afastou da estimativa efectuada.

Quadro 36 – Número de lagares abrangidos pelas NUTS

NUTS	Previsão do nº de Lagares das Nuts	Nº de Lagares das Nuts
I	25	28
II	35	34
IV	37	36
Total	97	98

Quadro 37 – Estimativa de rendimentos médios em kg azeitona/árvore para a campanha 04/05

NUTS	Y	N	n	Ts(%)	cv(Y)	P(%)	Y-2dp/√n	Y+2dp/√n
I	11,2	43499	100	0,23	0,05	1,05	11,06	11,29
II	15	60472	99	0,16	0,05	0,99	14,84	15,14
IV	12,9	22776	99	0,43	0,06	1,21	12,7	13,01

Y- média de produção em azeitona por árvore

N- n.º total de olivicultores na NUT

n- n.º de olivicultores controlados

Ts- taxa de sondagem (n/N)

dp- desvio padrão ($\sqrt{\text{var}}$)

cv- coeficiente de variação (dp/Y)

p- precisão ($2cv/\sqrt{n}$)

intervalo de confiança a 95% ($Y \pm 2dp/\sqrt{n}$)

Quadro 38. – Rendimentos médios em kg azeitona/árvore para a campanha 04/05 (valores reais)

NUTS	Y	N	n	Ts(%)	cv(Y)	P(%)	Y-2dp/?n	Y+2dp/?n
I	13,1	43499	96	0,221	0,07	1,45	12,91	13,29
II	13,8	60472	96	0,159	0,12	2,37	13,47	14,13
IV	12,9	22776	90	0,395	0,06	1,29	12,74	13,08

Confrontando os resultados finais (Quadro 38), com os valores preliminares calculados com base em estimativas efectuadas na primeira visita de campo (Quadro 37), verificou-se, no que concerne à produção média de azeitona por árvore, objecto de colheita para azeite, que os dados finais se afastaram do estimado na NUTS I e II. Na NUTS I este acréscimo deveu-se à ausência de pragas e doenças que, contrariamente aos outros anos, conduziu a uma optimização da quantidade da azeitona colhida e da qualidade da mesma enquanto que na NUTS II a diferença principalmente a azeitona que caiu antes de ser colhida.

Quadro 39. – Percentagem média de árvores objecto de colheita

NUTS	Y	N	n	Ts(%)	cv(Y)	P(%)	Y-2dp/?n	Y+2dp/?n
I	57,7	43499	100	0,23	0,05	0,9	55,21	56,21
II	58,8	60472	100	0,165	0,03	0,65	67,22	68,09
IV	67,7	22776	100	0,439	0,05	0,92	58,24	59,31

P-% média de árvores objecto de colheita para azeite

N- n.º total de olivicultores na NUTS
 n- n.º de olivicultores controlados
 Ts- taxa de sondagem (n/N)
 dp- desvio padrão ($\sqrt{\text{var}}$)
 cv- coeficiente de variação (dp/P)
 p- precisão ($2cv/\sqrt{n}$)
 intervalo de confiança a 95% ($P \pm 2dp/\sqrt{n}$)

3.6.1.2. Evolução do Rendimento do Olival entre 1999 e 2005

No quadro 40 seguinte encontram-se os resultados do estudo do rendimento médio em azeitona por oliveira e da percentagem de árvores objecto de colheita em relação ao total declarado.

Quadro 40. – Evolução do rendimento médio de azeitona por oliveira e da percentagem de oliveiras objecto de colheita

Campanha	NUTS I		NUTS II		NUTS IV	
	Kg azeitona/árvore	% árvores objecto de colheita	Kg azeitona/árvore	% árvores objecto de colheita	Kg azeitona/árvore	% árvores objecto de colheita
99/00	8	97,8	11,6	94,1	10,4	61
00/01	6,3	68,4	9,6	56,7	7	65,2
01/02	11,6	59,3	9	69,4	9,4	72,8
02/03	11,5	54,4	10,4	74,2	10	47,4
03/04	14,4	46,4	12,2	52,2	14,7	43,9
04/05	13,1	57,7	13,8	58,8	12,9	67,7

Pela análise do quadro 40 é possível perceber alguma evolução no rendimento da oliveira, aumento da quantidade de azeitona colhida por oliveira, embora essa evolução não seja tão significativa quanto se desejaria. Por exemplo, na NUTS II a diferença de rendimento entre a campanha 99/00 e a campanha 04/05 é apenas de 2,2 Kg azeitona/oliveira.

A maior evolução, em termos de rendimento de olival, tem ocorrido na NUTS I com um acréscimo de 5,1 Kg azeitona/oliveira, entre a campanha de 99/00 e 04/05.

Relativamente à percentagem de oliveiras objecto de colheita, esta tem vindo a descer significativamente na NUTS I e NUTS II (quase 50 %). A cada vez maior dificuldade em arranjar mão de obra para a colheita da azeitona pode ser uma forte razão para a diminuição verificada nestas NUTS, onde a colheita é principalmente feita por mão de obra familiar e onde o envelhecimento da população e êxodo rural é cada vez mais uma realidade.

À medida que caminhamos da NUTS I para a NUTS IV, a mão de obra familiar perde importância a favor da assalariada, o que justifica a apanha de azeitona somente para valores acima de um determinado limiar de produção, podendo de certa forma explicar as poucas oscilações significativas na percentagem de oliveiras objecto de colheita na NUTS IV. Apenas nas campanhas 02/03 e 03/04 se verifica uma diminuição da percentagem de oliveiras objecto de colheita, em ambos os casos devido a adversidades climáticas: na campanha de 02/03, devido a uma forte pluviosidade na época de colheita, dificultando o acesso aos olivais; na campanha de 03/04, devido a temperaturas elevadas na altura da floração/vingamento.

A campanha de 2000/2001 apresentou valores muito baixos de azeitona colhida por oliveira devido a ter sido um ano de contra safra muito acentuada.

4. Caracterização do Sector de Transformação de Azeitona em Portugal

Têm sido grandes os esforços para modernizar as unidades de transformação de azeitona em Portugal, de modo a conseguir reduzir os impactes ambientais nefastos e melhorar a qualidade do produto final.

Como já foi referido, a azeitona em Portugal tem principalmente dois destinos possíveis: azeite e azeitona de mesa.

4.1. Azeite

De acordo com a nova classificação, que entrou em vigor em Novembro de 2003, as denominações oficiais do azeite são.

Azeite Virgem – Azeites obtidos a partir do fruto da oliveira unicamente por processos mecânicos ou outros processos físicos – em condições, nomeadamente térmicas, que não alterem o azeite – e que não tenham sofrido outros tratamentos além da lavagem, da decantação, da centrifugação e da filtração, com exclusão dos azeites obtidos com solventes, com adjuvantes de acção química ou bioquímica ou por processos de reesterificação e de qualquer mistura com óleos de outra natureza. O azeite virgem pode-se subdividir em:

- Azeite virgem extra – Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, não superior a 0,8 g por 100 g (0,8%) e com as outras características conformes com as previstas para esta categoria.
- Azeite Virgem - Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, não superior a 2 g por 100 g (2%) e com as outras características conformes com as previstas para esta categoria.
- Azeite Lampante - Azeite virgem com uma acidez livre, expressa em ácido oleico, superior a 2 g por 100 g (2%) e/ou com as outras características conformes com as previstas para esta categoria.

Azeite Refinado – Azeite obtido por refinação de azeite virgem, com uma acidez livre expressa em ácido oleico não superior a 0,3 g por 100 g e com as outras características conformes com as previstas para esta categoria

Azeite - Azeite constituído por loteamento de azeite refinado e de azeite virgem, com exclusão do azeite lampante, com uma acidez livre expressa em ácido oleico não superior a 1 g por 100 g e com as outras características conformes com as previstas para esta categoria.

Azeites com Denominação de Origem Protegida (DOP) – Os “Azeites DOP” têm origem numa área geográfica delimitada, com solos e clima característicos e são exclusivamente elaborados com azeitonas de certas variedades de oliveiras. Estes factores, aliados ao saber fazer tradicional da região, que se consubstancia no modo de condução das árvores, apanha da azeitona e extracção do Azeite, conferem-lhes tipicidade e características qualitativas que os permitem distinguir dos demais.(casa dos azeites, s.d.)

Em Portugal existem, actualmente, cinco denominações de origem protegida para Azeites: “Azeites de Moura”, Azeites de Trás-os-Montes”, Azeites da Beira Interior”, “Azeites do Norte Alentejano” e “Azeites do Ribatejo”.

Azeites de modo de produção biológico - Os Azeites de modo de produção biológico são, como o próprio nome indica, provenientes de olivais conduzidos com o modo de produção biológico, tal como previsto pela Regulamentação Europeia. Este modo de produção obriga a diversos condicionalismos importantes, designadamente à manutenção do fundo de fertilização dos solos, à utilização de rotações adequadas e ao respeito por normas fitossanitárias e de fertilização muito estreitas, sendo praticamente interdita a utilização de produtos químicos de síntese. (casa dos azeites, s.d.)

4.1.1. Lagares

Pela análise da figura 12 verifica-se que o número de lagares reconhecidos tem vindo a diminuir. Esta redução deve-se, essencialmente, ao maior grau de exigência das normas comunitárias e consequente controlo por parte da ACACSA e de outros organismos.

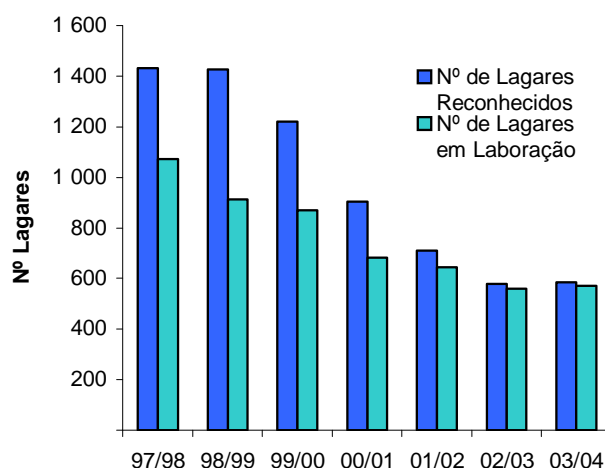


Fig. 12. – Evolução do número de lagares reconhecidos e do número de lagares em laboração (Fonte: ACACSA, 2004)

A distribuição dos lagares pelas várias regiões agrárias, a quantidade de azeitona produzida e laborada, bem como o azeite obtido na campanha 2004/2005 estão representados no quadro seguinte 41.

Quadro 41. – Quantidade de azeitona produzida e laborada por região Campanha 04/05 (Fonte INE, 2006 a)

Região	Azeitona Proveniencia ton	Nº de Lagares		Azeitona Laborada t	Azeite Obtido t
		nº	%		
EDM	2464	15	2	3857	461
TM	79315	118	19	80081	13309
BL	31835	101	16	38813	5159
BI	49923	203	33	47731	6422
LVT	29770	96	16	36441	4792
ALT	98800	77	13	86103	14585
ALG	8592	6	1	7672	1132
Total	300699	616	100	300699	45860

É possível verificar que ainda existe um número considerável de mobilidade de azeitona entre regiões, principalmente azeitona proveniente de Alentejo com destino para a Beira Litoral, Lisboa e Vale do Tejo.

A Beira Interior é a região com maior número de lagares mas é apenas responsável por 14 % da produção de azeite, enquanto que as Regiões com maior produção Alentejo e Trás-os-Montes, representam apenas 13 % e 16 % do número de lagares, respectivamente. Mesmo assim, Alentejo e Trás-os-Montes são as regiões principais produtoras de azeite.

Quanto à natureza jurídica os lagares dividem-se em:

- Lagares cooperativos – representam 26 % do número total de lagares e 35 % da quantidade total de azeite produzido.
- Lagares industriais – que representam 67 % do número total de lagares e 61 % da produção total de azeite.
- Lagares particulares – que só laboram azeitona do próprio, que representam 6 % em número total de lagares e 3 % em produção total de azeite.

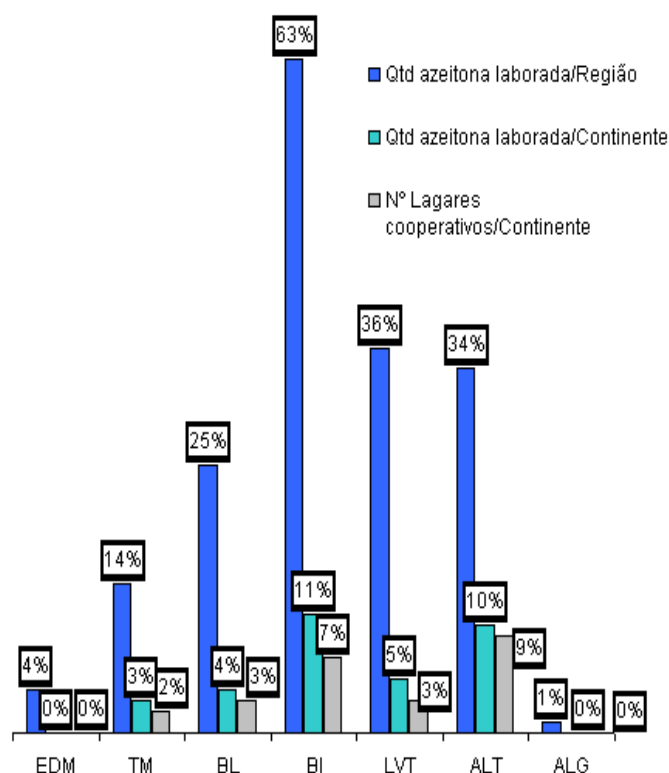


Fig. 13.- Expressão do sector cooperativo em nº de lagares e em quantidade de azeitona laborada na campanha 04/05 (Fonte: GPP, 2007 c)

As regiões em que os lagares cooperativos têm maior importância são a Beira Interior e o Alentejo. Na região Beira Interior, a azeitona laborada nos lagares cooperativos representa 63 % da azeitona laborada da Região, enquanto que no Alentejo a azeitona laborada nos lagares cooperativos representa 34% e em Trás-os-Montes apenas 14 %.

Segundo o GPP (2007) c, comparando as realidades das regiões Alentejo e Beira Interior, sobressai que, embora o número de lagares cooperativos seja menos expressivo no Alentejo, o dimensionamento destes lagares permite a laboração de azeitona em quantidades idênticas às da Beira Interior.

Se entrarmos em conta com os sistemas de extracção dos lagares em laboração também encontramos dados diferentes entre regiões.

Nos últimos anos têm sido feitos vários investimentos na remodelação dos equipamentos de recepção de azeitona, extracção e armazenagem de azeite dos lagares com o intuito de rentabilizar ao máximo a produção, com maior qualidade e diminuir os impactes negativos no ambiente.

Assim, os lagares de prensas têm desaparecido e sido substituídos por sistemas de extracção, por centrifugação, em contínuo, de preferência de duas fases.

Na campanha de 2003/2004, apenas 19% do total de azeite produzido foi obtido em lagares clássicos, embora estes representassem cerca de 58% do total de lagares reconhecidos em laboração. Em contrapartida, nas linhas contínuas de 2 fases (17% do universo dos lagares reconhecidos), obteve-se 47% do azeite.

A campanha de 2004/2005 foi praticamente semelhante. Laboraram 616 lagares, para uma produção de azeite de 46,3 mil toneladas, 19% do azeite foi obtido em lagares de prensas, 31% em lagares contínuos de três fases, 49% em lagares contínuos de duas fases.

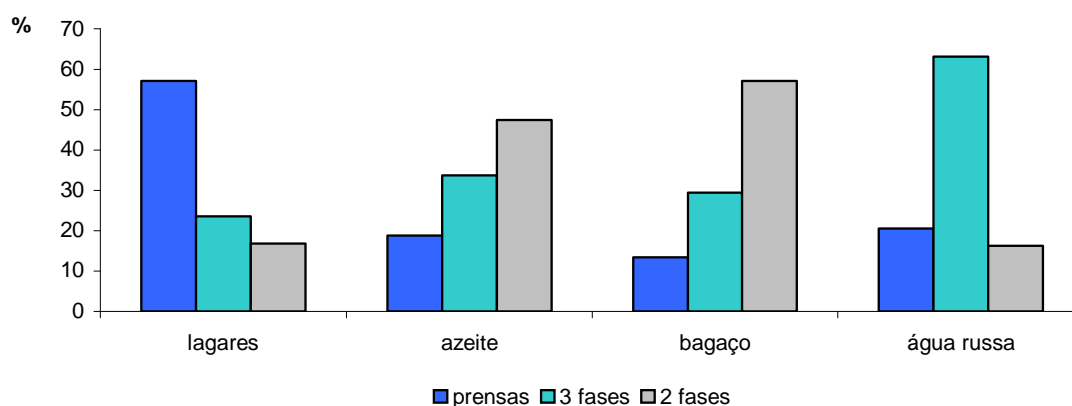


Fig. 14. – Produções nacionais de azeite, bagaço e águas russas (Fonte: ACACSA, 2004)

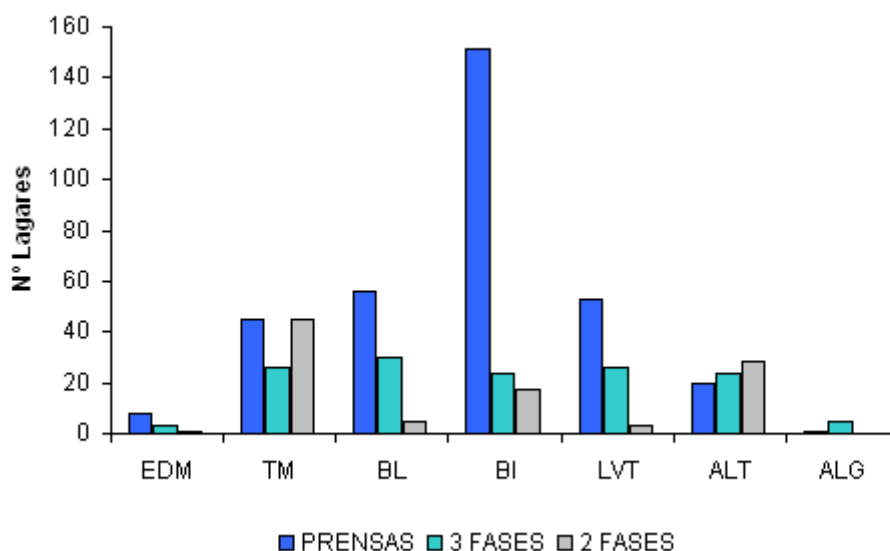


Fig. 15. – Tipologia dos lagares em laboração por região (Fonte: ACACSA, 2004)

Como se pode verificar pelas figuras 14 e 15, embora ainda existam muitos lagares de prensas, estes representam pouco em termos produtivos, demonstrando a maior produtividade dos sistemas em contínuo de duas fases.

Relativamente aos lagares de prensas, a região com maior número é a região Beira Interior, seguida pelas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Beira Litoral e Trás-os-Montes.

No que se refere ao número de lagares contínuos de 3 fases, não se vislumbram grandes diferenças nas diversas zonas regionais, exceptuando Minho e Algarve, em que a sua existência é muito reduzida.

Quanto ao sistema de duas fases, praticamente só se encontra implantado nas zonas de Trás-os-montes e do Alentejo, que em conjunto totalizam 73%. De salientar ainda a existência de 17 linhas situadas na Beira Interior que correspondem a 17% do total.

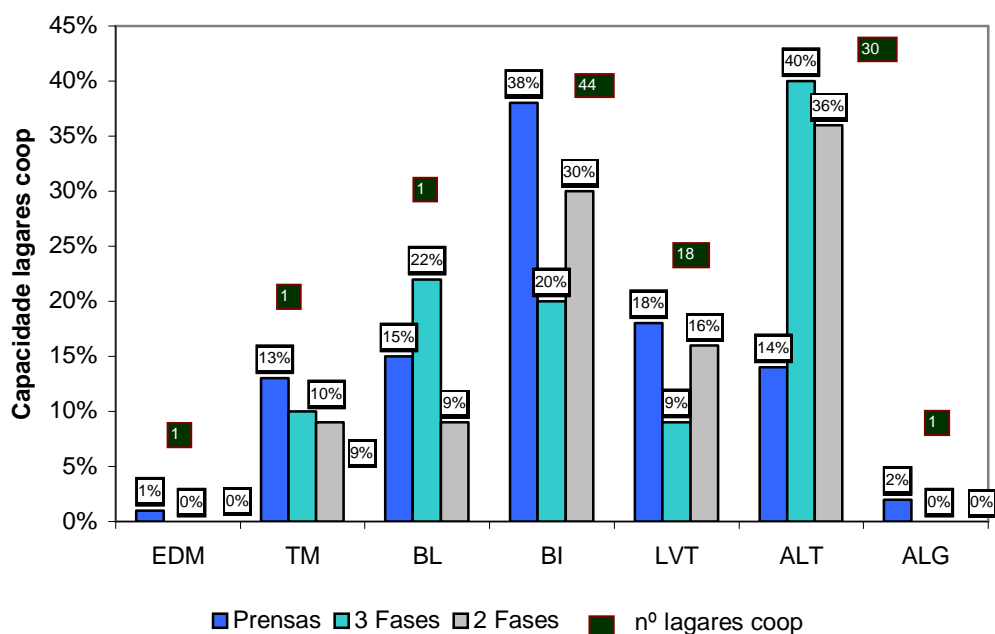


Fig. 16. – Distribuição regional da capacidade por tipologia dos lagares cooperativos (Fonte: ACACSA, 2004)

A maior parte dos lagares de duas fases, 61 %, pertencem a cooperativas, o que prova que as cooperativas têm tido um papel importante na modernização do sector da transformação da azeitona. O Alentejo, em particular, tem sido a região em que se nota mais esta evolução.

Em relação ao bagaço de azeitona produzido, verificou-se que a maior quantidade (57%) foi proveniente de linhas contínuas de duas fases, o que facilmente se compreende uma vez que, para além de se tratarem das unidades que mais azeitona moeram, o bagaço obtido é húmido, logo mais pesado.

Relativamente à produção de água russa, os sistemas de extracção clássica e de 3 fases, ao implicarem a adição de água, principalmente na separação sólido-líquido, originam uma maior quantidade de efluentes, muito embora, como já foi dito, tenham moído menos azeitona que as linhas contínuas de duas fases. Para além disso, nos sistemas de duas fases, quase a totalidade da água produzida sai juntamente com o bagaço, não se contabilizando como efluente.

4.2. Azeitona de Mesa

No âmbito da Ajuda à Produção para a campanha 2003/2004, o INGA reconheceu 27 empresas transformadoras de azeitona de mesa. Só na DRA de Trás-os-Montes encontram-se 52% delas, seguindo-se o Alentejo com 6 empresas.

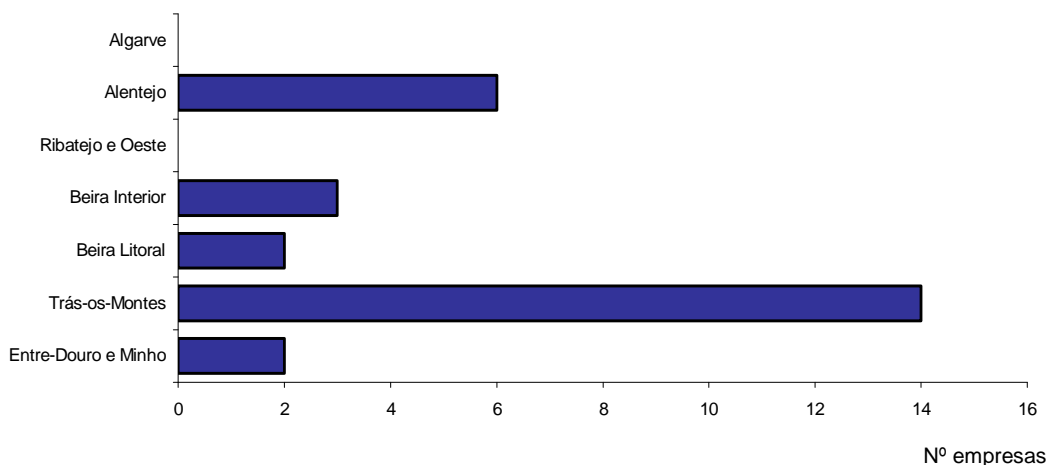


Fig. 17. – Número de empresas transformadoras de azeitona de mesa por região (Fonte: ACACSA, 2004)

Em termos da certificação da azeitona entregue, 45 % pertence à região Trás-os-Montes, seguida pelos 22 % da região Alentejo.

Quadro 42. – Empresas transformadoras de azeitona dm mesa (Fonte: INGA in GPP, 2007 c)

Região	Nº Empresas	Azeitona Produzida t	Azeitona Certificada %
EDM	2	192	2
TM	13	3661	45
BL	2	1210	15
BI	3	1331	16
LVT	-	-	-
ALT	6	1822	22
ALG	-	-	-
Total	26	8216	100

Existe uma certa relação entre a localização das indústrias e as zonas de maior produção deste tipo de azeitona. Talvez não exista, por este facto, nenhuma empresa transformadora no Algarve e no Ribatejo e Oeste

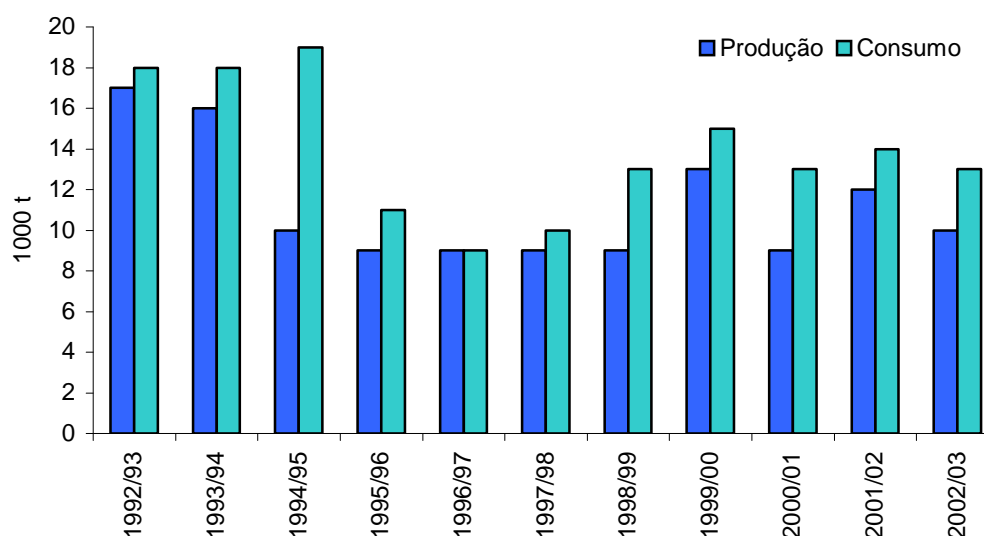


Fig. 18. – Produção e consumo de azeitona de mesa (Fonte: INE, 2005)

A evolução tanto do consumo como da produção entre 1999 e 2004 foi positiva, como se pode verificar na fig. 18. Após a campanha de 1997/98, com o aumento de consumo, o mercado da azeitona de mesa recuperou um pouco da queda registada desde a campanha de 1995/96.

4.3. Consumo, Comercialização e Qualidade

4.3.1. Evolução do Consumo

A produção e o consumo de azeite mundial tiveram entre as campanhas de 1994/1995 e 2004/2005 um crescimento significativo. Presume-se que, tanto a produção como o consumo, continuem ou mantenham a evolução positiva nos próximos anos.

Tal como se verificou na produção mundial, também a produção de azeite na UE na última década teve uma evolução bastante positiva, facto que se deveu essencialmente à produção espanhola.

A Espanha é o principal produtor mundial com cerca de 34 % da produção mundial, seguida pela Itália e Grécia. Portugal é o oitavo produtor mundial com cerca de 1,4 % da produção mundial.

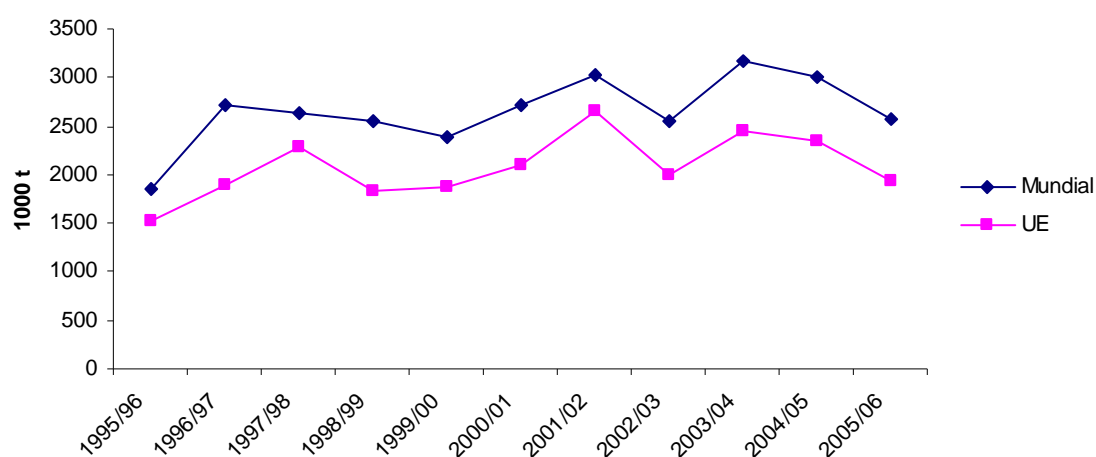


Fig. 19 - Produção mundial e da UE de azeitona (Fonte: COI, s.d. b)

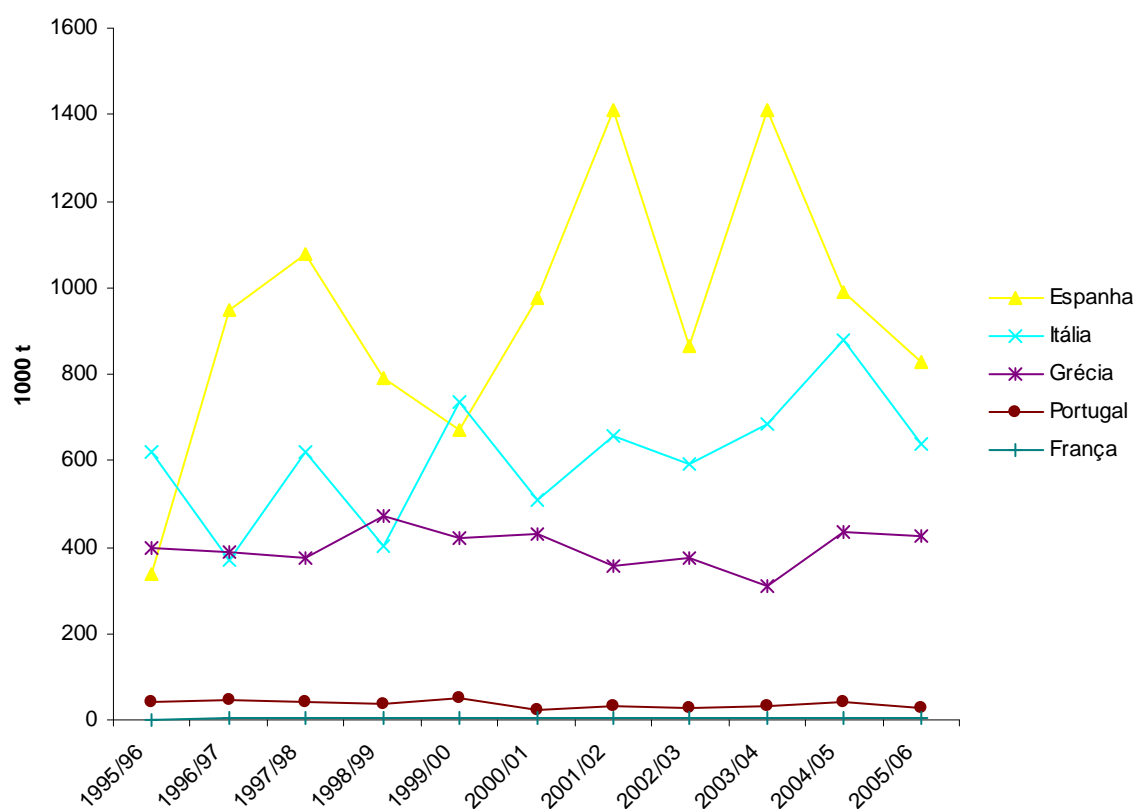


Fig. 20. – Produção dos principais países produtores de azeitona (Fonte: COI, s.d.b)

Com a adesão da Grécia, e posteriormente Espanha e Portugal, a EU tornou-se autosuficiente, tornando-se o principal produtor, importador e exportador em azeite. Os EUA, Japão, Brasil, Canadá e Austrália são países importadores que têm vindo a registar evoluções positivas no consumo.

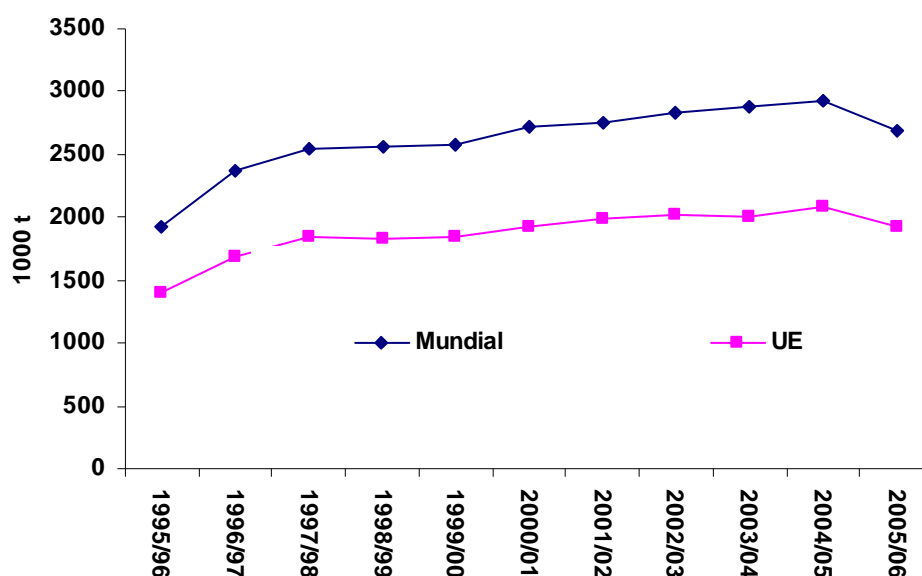


Fig. 21 - Consumo mundial e da UE de azeite (Fonte: COI, s.d. b)

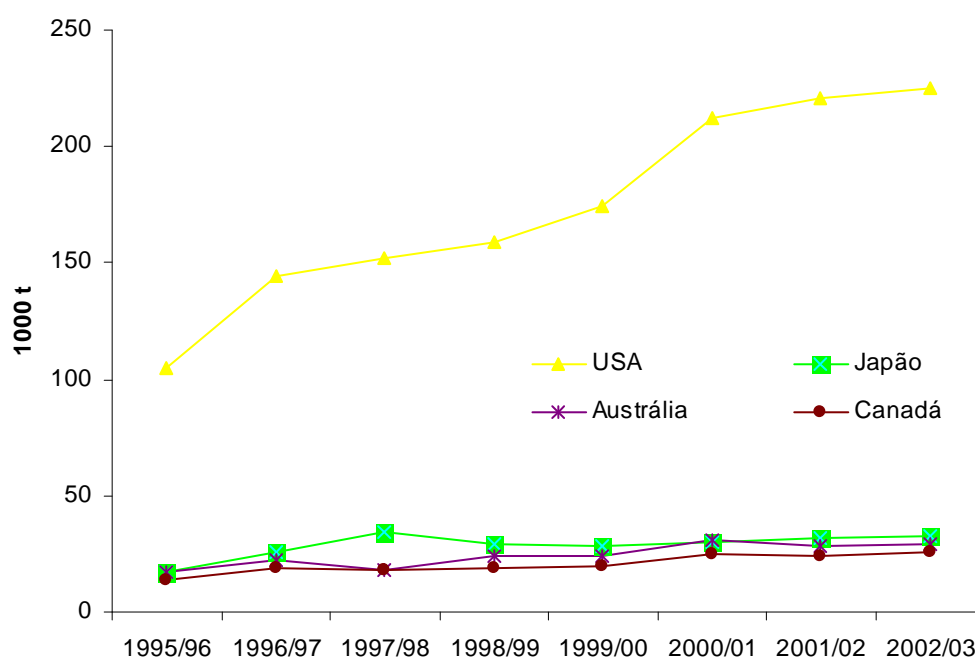


Fig. 22. – Consumo de azeite de países fora da EU (Fonte: COI, s.d, b)

O consumo de azeite também registou uma evolução positiva, embora com menos expressão que a produção. A Espanha, França e Portugal são os países da UE que têm tido crescimentos mais acentuados no consumo.

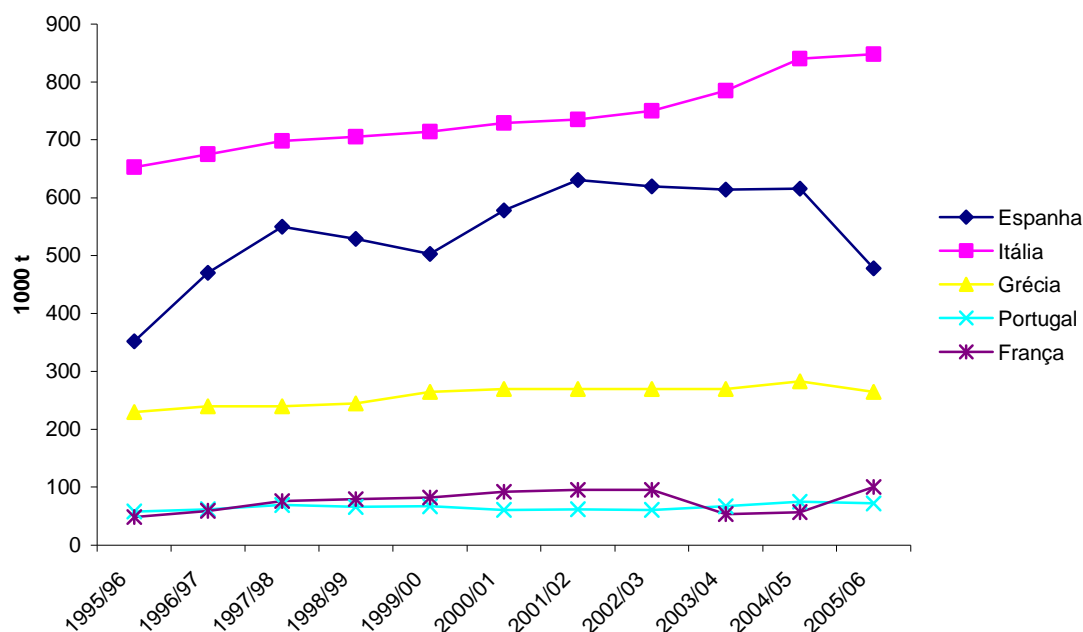


Fig. 23. – Consumo de Azeite na União Europeia (Fonte: COI, s.d. b)

O índice consumo per capita em Portugal teve um ligeiro crescimento entre 1994 e 2002. Em 2003 voltou a baixar consideravelmente, para os valores anteriores a 1994, mas em 2004 recomeçou a recuperar. Mesmo em 2002, o valor do consumo per capita ficava muito aquém do resto dos principais países produtores da UE, como se pode verificar na figura seguinte.

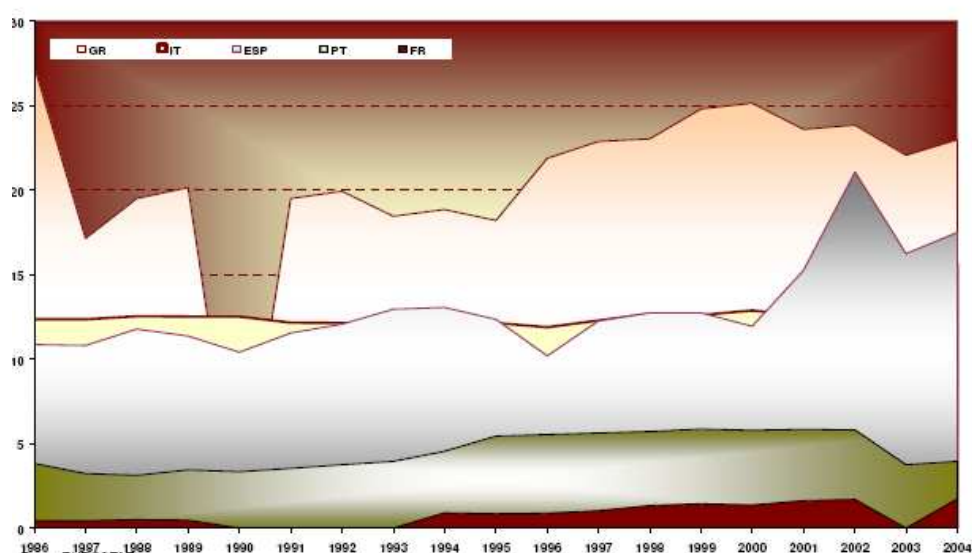


Fig. 24. – Evolução do consumo de azeite *per capita* nos principais países produtores da união europeia (Fonte: Eurostat cit in GPP, 2007 c)

O aumento do consumo de azeite dentro da UE deve-se principalmente aos países não produtores, nomeadamente a Áustria, a Suécia e a Alemanha.

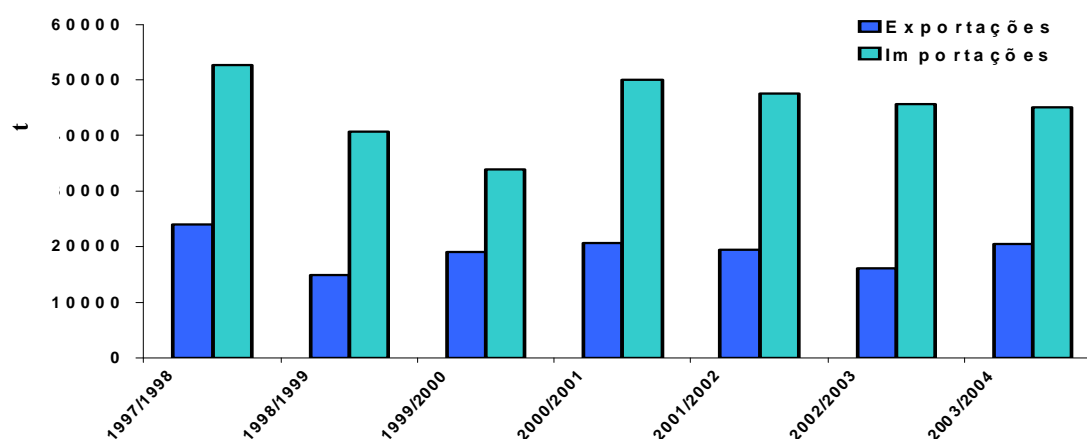


Fig. 25. – Evolução do Consumo de azeite per capita em alguns estados membros não produtores (Fonte: Eurostat cit in GPP, 2007 c)

Segundo GPP (2007) c, a produção mundial de azeitona de mesa tem progredido a uma taxa média de 6,3%/ano para um ritmo de crescimento do consumo de 5,3%/ano, face a valores que na UE, em termos de produção e de consumo, se situaram, respectivamente em 7,2% e 4,3%/ano.

4.3.2. Mercado Externo

Relativamente à balança comercial, verifica-se que Portugal importa um pouco mais do dobro da quantidade de azeite que exporta (Figura 24). Os principais países importadores do azeite nacional são o Brasil (52,2%), Espanha (16,1%), Estados Unidos (7,9%) e Palop's (7,2%) para a campanha 2003/2004.



O azeite importado é proveniente essencialmente de Espanha. É de salientar que, na última campanha, cerca de 3,5% do azeite importado provém de países do Norte de África.

Quadro 43. – Distribuição das saídas de azeite pelos principais países destino (Fonte INE cit in GPP, 2007 c)

País	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
África do Sul	628	256	342	237	387	160	300	213
Alemanha	77	102	2	53	73	74	42	25
Angola	511	483	455	361	442	612	524	663
Brasil	9907	13453	12076	8474	13645	13012	10682	9848
Cabo Verde	337	524	577	463	497	482	545	525
Canadá	281	366	497	275	346	299	373	353
Espanha	2470	3905	2739	2390	600	3657	2638	2278
EUA	600	949	930	587	888	968	1497	1871
França	337	399	349	291	746	561	457	460
Reino Unido	23	385	692	13	26	36	40	39
Venezuela	188	1032	961	787	1181	1525	1069	495
Outros	348	765	1418	615	809	655	680	680
Total	15708	22618	21040	14546	19640	22041	18856	17451

A categoria Azeite, mistura de azeite refinado com azeite virgem, é a mais exportada, correspondendo aproximadamente a 62% do total de azeite exportado, seguindo-se a categoria Azeite Virgem e por fim a categoria Azeite Virgem Lampante.

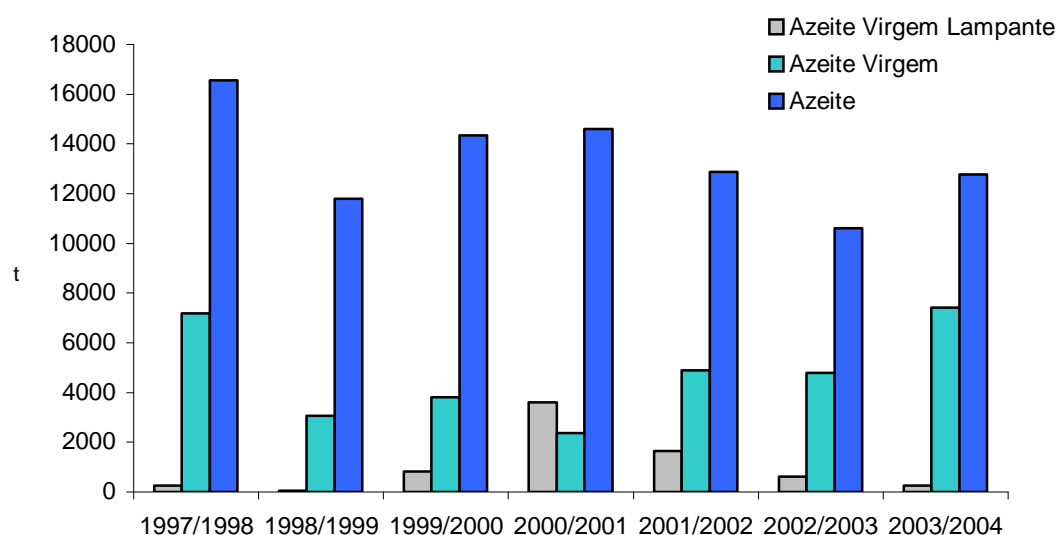


Fig. 26. – Evolução das exportações de azeite por categorias (Fonte: ACACSA, 2004)

Ao longo das campanhas verifica-se uma certa tendência decrescente nas quantidades da categoria Azeite exportadas (com um ligeiro aumento na campanha 2003/2004) e um aumento da exportação da categoria Azeite Virgem, mais acentuado na campanha 2003/2004. As quantidades de Azeite Virgem Lampante exportado têm vindo a diminuir nas últimas campanhas.

Relativamente às importações de azeite por categorias, o Azeite Virgem foi o mais importado, correspondendo aproximadamente a 66% do total de azeite importado, seguindo-se a categoria Azeite e por fim a categoria Azeite Virgem Lampante.

As quantidades de Azeite Virgem Lampante importado diminuíram muito nas últimas campanhas, não tendo praticamente expressão na campanha 2003/2004. As quantidades de Azeite Virgem importado têm-se mantido constantes e da categoria Azeite têm aumentado ligeiramente.

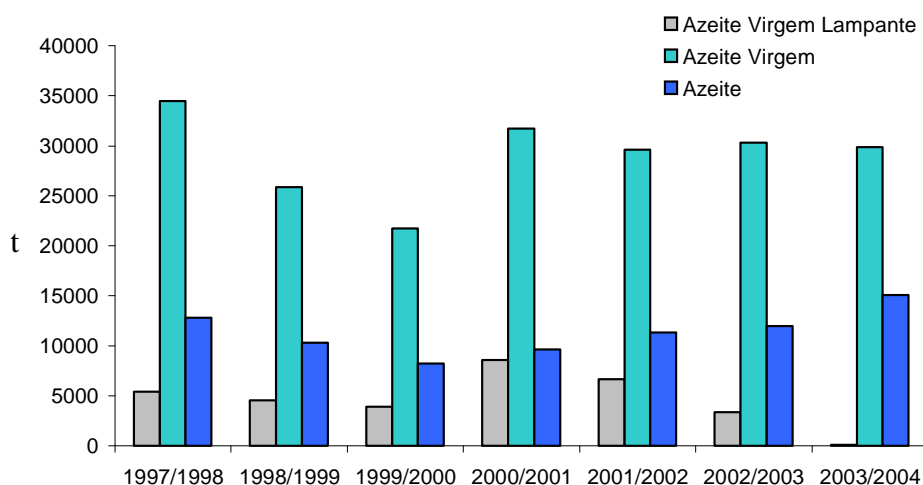


Fig. 27. – Evolução das importações de azeite por categoria (Fonte: ACACSA, 2004)

Relativamente ao óleo de bagaço de azeitona, verifica-se que as exportações têm vindo a diminuir e que as importações têm, na sua generalidade, aumentado. No entanto, Portugal continua a exportar mais óleo de bagaço do que a importar.

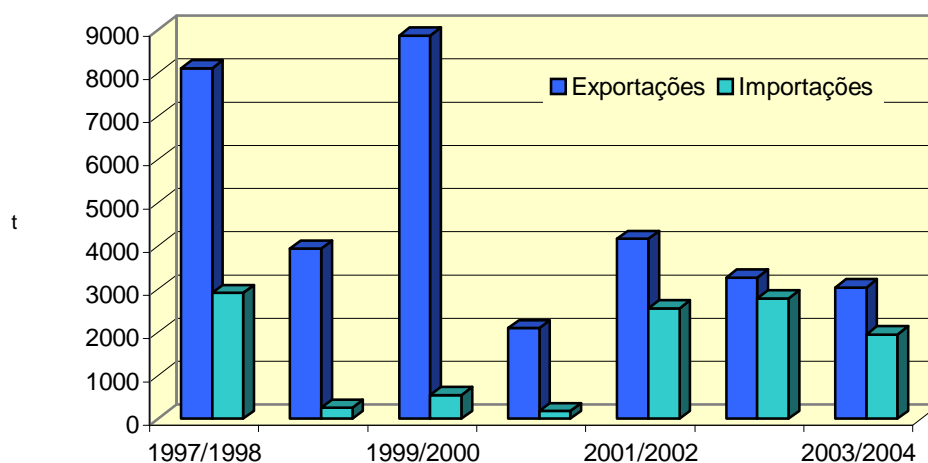


Fig. 28. – Evolução das exportações e importações de óleo de bagaço de azeitona (Fonte: ACACSA, 2004)

4.3.3. Mercado Interno

O consumidor está cada vez mais exigente, tornando a qualidade do produto um factor com maior importância. A evolução das vendas de azeite por categoria evidencia esse facto: a venda de azeite Virgem e Virgem Extra tem vindo a aumentar enquanto que a venda de Azeite “azeite” tem vindo a diminuir.

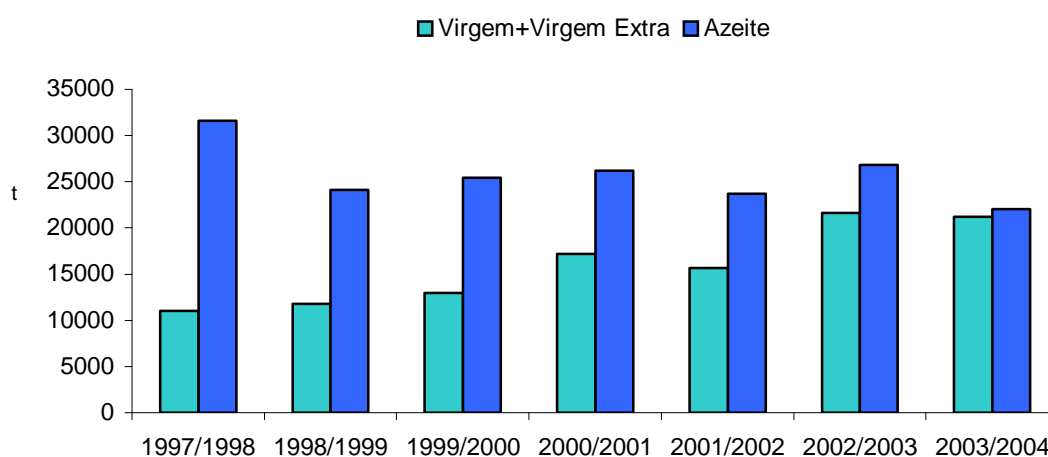


Fig. 29. – Evolução de vendas de azeite embalado por categoria (Fonte: ACACSA, 2004)

Em 2003/2004, a venda de azeite virgem e virgem extra embalado praticamente atingiu as vendas de azeite “azeite” embalado.

4.3.3.1. Azeites DOP

Em Portugal existem seis Denominações de Origem Protegida para o azeite: Azeites de Trás-os-Montes, Azeites da Beira Interior, Azeites do Ribatejo, Azeites do Norte Alentejano, Azeites de Moura e Azeites de Alentejo Interior.

Estes azeites de Denominação de Origem Protegida têm como propósito garantir azeites de qualidade com a tipicidade das regiões que representam, mas têm vindo a perder importância a nível comercial, face aos preços inferiores dos azeites correntes e às dificuldades de entrada nos circuitos de comercialização.

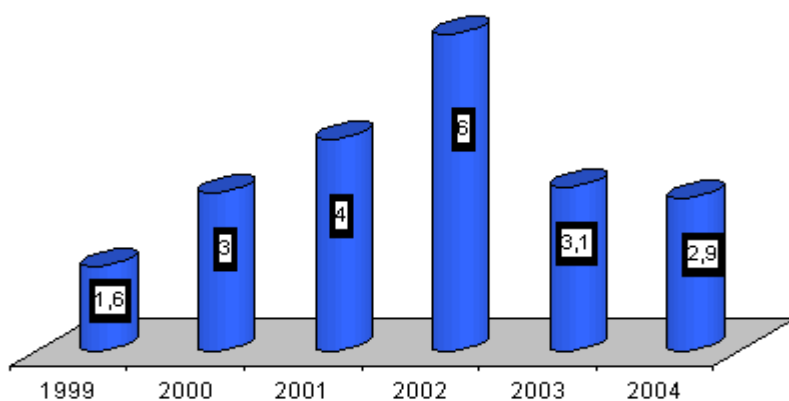


Fig. 30. – Representatividade dos azeites com DOP no total da produção nacional de azeites virgem (%)
(Fonte: IDRHA cit in GPP, 2007 c)

O Azeite de Moura e de Trás-os-Montes são os mais representativos dentro dos azeites DOP, embora o Azeite do Norte Alentejano e Azeite do Alentejo Interior tenham vindo a evoluir positivamente, aumentando a sua expressão nos últimos anos.

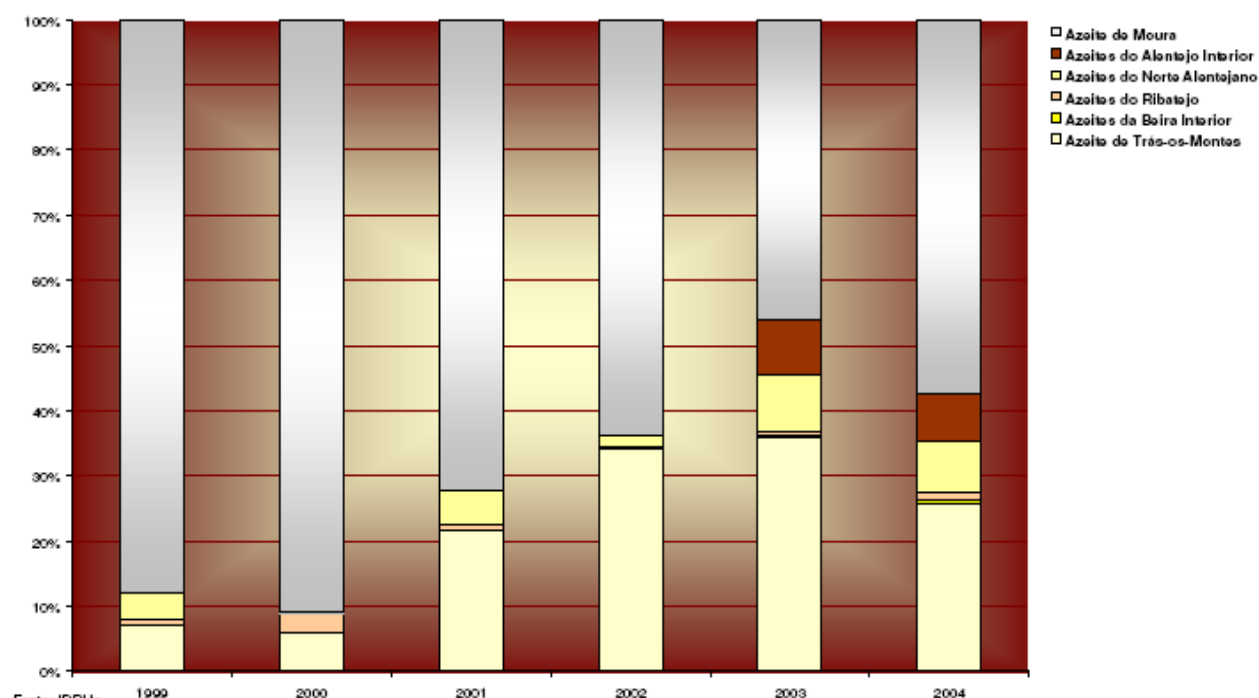


Fig. 31. – Evolução da representatividade dos azeites com DOP em % (Fonte: IDRHA cit in GPP, 2007 c)

4.3.4. A evolução da Qualidade

O aumento do consumo tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional aliado às maiores exigências dos consumidores a nível da qualidade obriga ao aumento da produção de azeite de qualidade.

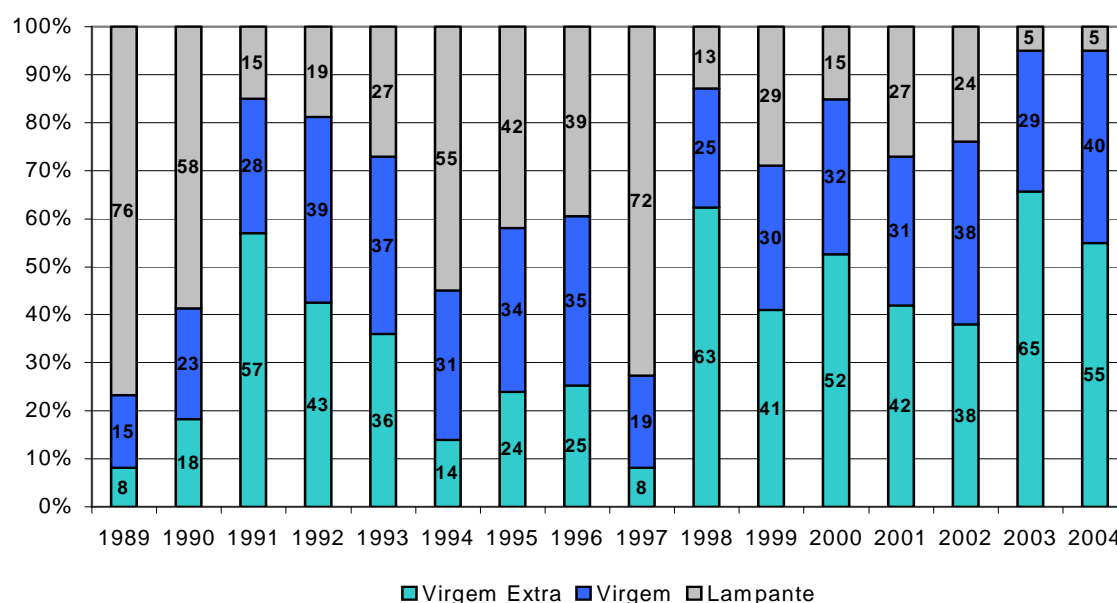


Fig. 32. – Produção de azeite segundo o grau de acidez (Fonte: INE, 2006 a)

Na figura 31 é possível verificar a tendência referida, o azeite Virgem Extra tem vindo a ganhar cada vez mais importância desde 1997, depois de alguns anos onde praticamente só se produziu azeite lampante (1994-1997).

Em sentido inverso está a produção do azeite lampante: em 2003 e 2004 apenas representou 5 % da produção nacional, enquanto que em 1996 e 1997 representava, respectivamente 39 % e 72 % da produção.

Os resultados relativos à qualidade do azeite pertencentes ao estudo efectuado pela ACACSA entre 1999 e 2005 sobre a evolução do rendimento do olival e da qualidade de azeite nas três principais NUTS olivícolas de Portugal Continental encontram-se no quadro 44.

Quadro 44. – Distribuição do Azeite Produzido por Categorias

Campanha	NUTS I				NUTS II				NUTS IV			
	Virgem Extra	Virgem	Virgem corrente	Virgem Lampante	Virgem Extra	Virgem	Virgem corrente	Virgem Lampante	Virgem Extra	Virgem	Virgem corrente	Virgem Lampante
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
99/00	99,1	0,9	0	0	53,9	37,3	8,3	0,5	27,6	66	4,6	1,8
00/01	83,9	14,6	1,5	0	55,7	43,9	0,4	0	63,3	36,4	0,3	0
01/02	93,5	6,4	0,1	0	28,6	71,4	0	0	0,3	81,7	15,7	2,4
02/03	91,9	8,1	0	0	17	82,3	0,7	0	9,4	64,5	24,8	1,3
03/04	94,1		5,9	0	45,5		54,5	0	44,7		55,3	0
04/05	93,1		6,9	0	37		63	0	85,2		14,8	0

A NUTS I prova ser uma zona de produção de azeite de elevada qualidade ao obter sempre valores perto dos 90 % de azeite virgem extra. Relativamente às NUTS II e IV, a obtenção de azeite virgem extra é mais difícil, visto serem zonas mais afectadas por pragas e doenças. Mesmo assim, nas duas últimas campanhas, verificou-se um aumento considerável de azeite virgem extra nessas duas zonas, especialmente na NUTS IV.

Salienta-se que, embora a maior parte do azeite obtido se encontre nas duas primeiras categorias, ainda existe espaço para uma melhoria na produção de azeite.

5. O Olival no Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural 2007-2013

Uma nova visão sobre as funções de agricultura à qual se somam as alterações introduzidas pela revisão da PAC em 2003, bem como os compromissos assumidos pela União Europeia no âmbito da OMC tornam urgente a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento agrícola e rural assente nos seguintes objectivos apresentados pelo Gabinete de Planeamento:

- Elevar a competitividade das fileiras agro-alimentares e florestais, em particular onde o país tem maior aptidão e/ou vocação exportadora;
- Elevar os padrões de qualidade e segurança alimentar ao nível dos produtos e dos modos de produção;
- Contribuir para a redução do défice da balança comercial com o exterior através do aumento das exportações e da substituição das importações,
- Garantir um enquadramento político-legal para uma gestão sustentada e ambientalmente equilibrada do território rural;
- Priorizar a afectação de recursos e dos instrumentos de política para desenvolver económica e socialmente as zonas rurais desfavorecidas,
- Elevar a qualificação dos agricultores e demais agentes de desenvolvimento das zonas rurais (GPP, 2007 a).

O Plano Estratégico Nacional – Desenvolvimento Rural (PEN) 2007-2013 é a materialização do desígnio exposto no programa do Governo para o sector e o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2007-2013 é a explicitação da estratégia apresentada e desenvolvida no plano Estratégico Nacional, concretizada através de Medidas e recursos financeiros que reflectem as prioridades escolhidas (GPP, 2007 b).

O PDR permite a concretização das Estratégias Nacional, Regional, Temáticas e de Fileiras que se articulam entre si.

O PDR 2007-2013 está dividido em 4 subprogramas:

1. Promoção e Competitividade;
2. Gestão Sustentável do Espaço Rural
3. Dinamização das Zonas Rurais
4. Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências

As estratégias de fileira têm de ser delineadas em articulação com a estratégia nacional, preparadas no quadro de estratégias regionais e alicerçadas nas estratégias temáticas que melhorem a contribuição do sector agrícola para economia nacional (GPP, 2007 a).

As estratégias por fileira definidas no PDR foram: Azeite, Vinha Frutas, Hortícolas, Flores, Qualidade e Florestas e recursos associados.

Definiram-se como linhas mestras para as fileiras:

- Qualidade e diferenciação – Porque é necessário aumentar o valor e a competitividade dos produtos, através do aumento da qualidade total, da potenciação das denominações de origem e outras pelas características intrínsecas de cada região.
- Integração da fileira – Porque é necessário articular, em torno de objectivos comuns, desde a procura até à oferta, através do reconhecimento mútuo do papel que cada agente tem na organização da fileira.
- Orientação para mercados específicos – Porque os produtos devem corresponder às expectativas do mercado, através da identificação das especificidades dos diferentes segmentos de procura.
- Visão multifuncional da fileira – Porque é necessário que a fileira faça parte integrante da estratégia de desenvolvimento sustentável das regiões, contribuindo para o crescimento económico mas também para a melhoria do ambiente e da paisagem e para a diversificação de actividades (GPP, 2007 a).

Segundo o GPP (2007 a) a tipologia de projectos a apoiar é:

- Produção
- Transformação
- Comercialização
- Promoção e marketing
- Redes temáticas de divulgação
- Capitação de agentes
- Serviços de apoio às empresas

A fileira oleícola abrange um conjunto variado de agentes e actividades que incluem olivicultores, lagares/unidades de transformação, refinadores, embaladores envolvidos nos diversos aspectos da produção, transformação, comercialização, quer de azeite quer de azeitona de mesa (GPP, 2007 c).

A produção estende-se a todas as regiões do Continente, predominando nas regiões de Trás-os-Montes e Alentejo.

O sector da transformação, lagares cooperativos ou privados, caracteriza-se por uma grande pulverização da oferta com predominância das microempresas, com tendência para aumento do grau de concentração (GPP, 2007 a).

No escalão seguinte da transformação constata-se uma redução significativa do número de empresas embaladoras (cerca de 54), refinadores e unidades de extracção de óleo de bagaço de azeitona (cerca de 6) (GPP, 2007 c).

Segundo GPP (2007 c), a redução do número de empresas ao longo das várias etapas comerciais, culminando na distribuição, aumenta o seu grau de concentração, em contraponto com a atomização e frágil organização em geral da produção, que pode justificar a fraca relação contratual existente entre os vários elementos da cadeia, em particular da produção.

Tendo como base os diferentes Programas de Desenvolvimento Rural de todas as Regiões é possível perceber quais as intenções e principais metas a atingir para a fileira do azeite:

- Ao nível da Produção – plantação de novos olivais: Superintensivos ou intensivos irrigados, em protecção integrada ou em modo de produção biológico; reconversão e recuperação de olivais tradicionais aumentando a sua produtividade e melhorando a sua qualidade; criar condições para a mecanização da cultura; apoiar projectos de instalação de jovens agricultores.
- Ao nível da Transformação – Modernização das unidades de transformação existentes; construção de novas unidades de transformação; criação de grupos empresariais que envolvam a produção, a transformação e a comercialização.
- Ao nível da Comercialização – Aquisição de dimensão crítica, a cooperação empresarial para o mercado e internacionalização; desenvolver iniciativas tendentes ao aparecimento de gamas de produtos regionais, com base na azeitona; desenvolver acções que incentivem a comercialização de produtos embalados com marca regional, devidamente certificados.
- Ao nível de Promoção e Marketing – Apoiar projectos de novas qualificações do produto, com segmentação do mesmo, associado a projectos de promoção comercial; desenvolver programas de promoção institucional com carácter educacional, face às características dietéticas do azeite; estabelecimento de uma estratégia de promoção e marketing da fileira, com acções dirigidas ao mercado interno e externo.
- Ao nível de estruturação de Fileira – Projectos estratégicos de fileira e projectos de cooperação empresarial.
- Ao nível de Acesso de Informação – Criação de rede temática integrada (regional e nacional) para a fileira: informação técnica, Informação de mercado, previsão e balanço da produção, indicadores da fileira.
- Ao nível de Capitação de Agentes – Oferta de formação adequada às necessidades dos diferentes agentes da fileira, englobando várias valências; oferta de formação técnica para qualificar a mão-de-obra a nível das explorações agrícolas, das centrais e unidades de transformação; participação em formação especializada e estágios de formação nas empresas; incluir obrigatoriamente a formação em projectos de investimento em empresas com alguma dimensão e em projectos de investimentos em empresas com alguma dimensão e em projectos estratégicos de fileira ou projectos estruturantes.

- Ao nível de Serviços de Apoio – Criar e desenvolver serviços de apoio, nomeadamente serviços de aconselhamento, substituição e prestação de serviços comuns; aquisição de serviços de aconselhamento agrícola e de apoio às empresas.
- Ao nível da Inovação – Apoiar a cooperação para a inovação, incorporação de novas tecnologias, processos e desenvolvimento de novos produtos em parcerias; Incorporar as actividades de IED no processo produtivo, como ferramenta essencial para garantir a sustentabilidade da empresa, com obrigatoriedade para empresas com alguma dimensão e em projectos estratégicos de fileira ou projectos estruturantes.
- Ao nível da multifuncionalidade – Preservação do ecossistema natural do olival tradicional nas zonas escarpadas, hoje não cultiváveis, mas que constituem um património natural indiscutível; desenvolvimento dos mercados locais e produtos típicos associados a eventos de carácter festivo com forte componente turística; projectos que englobem a venda no local e a reestruturação da paisagem (DRAP, 2007; DRAPC, 2007; DRAPLVT, 2007).

Resumindo, segundo o GPP (2007 a), as principais oportunidades resultantes do PDR 2007-2013 para a fileira do azeite são.

- A olivicultura como uma das prioridades políticas governamentais.
- Motivação para a instalação e modernização dos olivais
- Potencial para aumentos da produção, existência de áreas em zonas com aptidão olivícola.
- Procura de azeitona de mesa pelas indústrias de transformação.
- Aposta na inovação tecnológica e na promoção e divulgação das normas de boas práticas agrícolas e de modos de produção reconhecidos.
- Definição de uma estratégia de aproximação do produtor ao consumidor final.
- Opções produtivas resultantes do regadio de Alqueva
- Fim das limitações decorrentes do regime do RPU, passando a plantação de olival a processar-se sem prejuízo da activação de direitos associados a outras culturas.
- Certificação dos processos produtivos.
- Aposta na promoção e marketing
- Potencial de mercado, interno e externo por explorar.
- Benefício da existência de nichos de mercado remuneradores para produtos de diferenciados de qualidade:
 - Favorecer acções de sensibilização, painéis de provadores e acções de promoção, entre outras iniciativas.
 - Favorecer a criação de marcas comerciais
- Possibilidade de potenciar a adopção de projectos integrados de constituição/reforço de “Clusters”.

6. Conclusões

Este estudo teve como principal objectivo compreender e explicar qual tem sido a evolução do olival em Portugal Continental e o seu futuro.

Para tal foi necessário caracterizar e estudar o país em termos olivícolas. E sempre que possível por regiões.

Embora Portugal tenha todas as condições para produzir azeites de qualidade, a verdade é que a maior parte do olival em português ainda se encontra degradado, com baixas produtividades.

As condições edafo –climáticas adaptadas às culturas, o conhecimento técnico e até a própria existência de uma forte ligação tradicional ao olival são algumas das condições favoráveis à olivicultura em Portugal.

Em contrapartida, os elevados custos de produção, principalmente da colheita, a falta de mão-de-obra, o abandono dos territórios rurais e o consequente envelhecimento da comunidade rural têm sido os principais responsáveis pela degradação do olival tradicional em Portugal.

Como se pôde verificar neste estudo a produção nacional ainda sofre muito de alternância de produções anuais, confirmando que o olival em Portugal ainda apresenta uma percentagem elevada de oliveiras envelhecidas em solos marginais que sobrevivem sem receber qualquer tipo de tratamento ou fertilização.

Os tratamentos efectuados são pontuais, destinados apenas às doenças e pragas mais prejudiciais, como é o caso da gafa e da mosca da azeitona.

Contudo, nos últimos anos, tem-se verificado um maior investimento tanto em olivais modernos com capacidade produtiva como na modernização das técnicas de produção e colheita, especialmente nas regiões onde o olival tem maior importância e é mais bem “tratado”, Alentejo, Trás-os-Montes e em certa medida Beira Interior.

O aumento da atractibilidade do sector ao investimento tanto a nível nacional como internacional resulta principalmente dos seguintes factores:

- Potencial para aumentos de produção tanto devido à existência de áreas com aptidão olivícola como devido aos resultados obtidos pelos olivais modernos;
- O projecto de estratégias sectorial e nacional considerar a olivicultura como sector estratégico;
- Aumento de consumo de azeite e azeitona
- Maior procura e exigência pela qualidade.

Na realidade, ainda não é possível verificar qual o efeito dos novos olivais intensivos e superintensivos na produção e qualidade de azeite pois só agora é que começam a entrar em produção os primeiros plantados em 2004.

Em termos de transformação, após os primeiros anos em que o número de lagares reconhecidos baixou bastante, conseguiu-se atingir uma certa estabilidade, em que os lagares se têm vindo a modernizar e melhorar a qualidade de azeite.

Muitos têm sido os lagares que se têm vindo a modernizar tanto do ponto de vista de melhorar a qualidade do azeite, como em termos ambientais.

Nas regiões olivícolas mais importantes (Alentejo, Trás-os-Montes) a importância dos lagares de prensas tem vindo a decrescer em detrimento de lagares com linhas contínuas, mais especificamente de duas fases.

Na região Alentejo os lagares cooperativos têm tido um papel muito importante na modernização do sector.

A imagem do azeite associado à saúde pública tem sido responsável em parte pelo aumento mundial do consumo. Esse aumento tem sido bastante significativo em alguns países não produtores do Norte da Europa, nos EUA e no Japão, tornando esses países um mercado emergente e uma boa oportunidade.

Para além do azeite, o consumo da azeitona de mesa tem vindo a crescer mundialmente, ajudando ao crescimento da importância da olivicultura nos países produtores.

Também se tem verificado uma procura crescente por produtos diferenciados, sendo por isso, uma oportunidade única para os nossos produtos DOP e em modo de produção biológica que até aqui têm sido pouco explorados.

A qualidade do azeite tem vindo a melhorar em todo o país, estando em conformidade com a necessidade do consumidor. Em particular nas regiões Alentejo e Trás-os-Montes a qualidade do azeite nos últimos anos melhorou consideravelmente. No caso de Trás-os-Montes a maior parte do azeite tem sido virgem extra.

No caso específico das restantes regiões, que devido a terem como principal variedade a Galega Vulgar, a qualidade está muito dependente dos possíveis ataques de gafa e mosca da azeitona. O combate passa pela boa condução do olival com os tratamentos adequados.

Tendo em conta o que foi estudado neste trabalho verifica-se que existe um potencial grande de evolução da olivicultura tanto do ponto de vista de produção, como da transformação e comercialização.

Em Portugal, as regiões do Alentejo e Trás-os-Montes são as que mais apostaram na modernização e aumento de qualidade do olival. A Beira Interior está mais atrasada na recuperação de boas produtividades mas mostra sinais de uma possível evolução positiva.

Nas regiões Entre Douro e Minho e Algarve o olival tem pouca representatividade e importância. Quanto à região Lisboa e Vale do Tejo tem vindo a registar-se algum investimento tanto na plantação de olival como na construção e modernização de lagares, mas ainda tem muito caminho a percorrer.

Este trabalho tentou mostrar a realidade do sector olivícola e oleícola em Portugal Continental numa altura muito importante para a olivicultura tanto a nível nacional como a nível internacional.

São várias as medidas que estão a ser tomadas que indicam uma evolução bastante positiva da olivicultura, sendo por isso importante que se continue a acompanhar os parâmetros aqui estudados para se perceber quais os efeitos provocados pelas medidas e investimentos que estão hoje a ser decididos e efectuados.

7. Referências Bibliográficas

- AGÊNCIA DE CONTROLO DAS AJUDAS COMUNITÁRIAS AO SECTOR DO AZEITE (A.C.A.C.S.A.), 2000 – **Obtenção de Azeite Virgem de Qualidade**, Núcleo de Estudos e Programação, A.C.A.C.S.A., Lisboa.
- AGÊNCIA DE CONTROLO DAS AJUDAS COMUNITÁRIAS AO SECTOR DO AZEITE (A.C.A.C.S.A.), 2004 – **Análise do Sector do Azeite em Portugal Actual**, Núcleo de Estudos e Programação, A.C.A.C.S.A., Lisboa.
- CALDEIRA, F.P., 1994 – **A Situação Actual do Sector Olivícola em Portugal**, comunicação apresentada na Oleum. European Exhibition of Olives and Oil, Florença.
- CASA DO AZEITE, S.D. – **Qualidade do Azeite**, www.casadoazeite.pt, consultado em 7 de Março de 2008.
- CASTRO CALDAS, E., 1998 – **A Agricultura na História de Portugal**. Editora de Publicações Nacional, Lda. Lisboa.
- CEE, 1992 - Reg. (CEE) 1638/92 de Junho de 1992
- CEE, 2003 – Regulamento (CE) nº.1989/2003 da Comissão de 06 de Novembro de 2003
- CIVANTOS, L.V.L.; PASTOR, MC.M.; DJAFFEUR, A., GIAMETTA, G.; IACOBONI, N.; JARDAK, T., LE BOURDELLES, J.; LOUSSERT, R., MARTIN,C.G.; ROTUNDO, A.; SAAVEDRA, M.; TRIGUI, A., 1998 – **Técnicas de produção**, in COI – **Enciclopédia mundial da Oliveira**, COI, 145-194
- COI; s.d a. - **L'Olivier, l'Huile, l'Olive**, Consejo Oleicota Internacional.
- COI, s.d.b – Consumo e produção de azeite, www.internationaloliveoil.org, consultado em 7 de Agosto de 2008
- COSTA, B., GOUVEIA, J., DIONÍSIO, L., CARROLO, N., OLIVEIRA S., 2002 – **Código de Boas Práticas para o Processamento Tecnológico dos Azeites Virgens**, Casa do Azeite, Março, 58 pp.
- D.L., 1993 – **As raízes da oliveira**, Tempo Medicina, Suplemento Nutrição, 491 (3) : 3.

- D.R.A.P., 2007, - **Plano Estratégico 2007 – 2009**, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Junho.
- D.R.A.P.C., SD – **Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, Região Centro, Fileiras Estratégicas. Olivicultura**, Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- D.R.A.P.L.V.T., 2008 – **Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013, Estratégia para a Região de Lisboa e Vale do Tejo**, Direcção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Janeiro, Lisboa.
- DE LA ROSA, R., S.D. - **Influencia de las densidades de plantacion en olivar en seto**, Centro “Alameda del Obispo”, Córdoba, IFAPA, CICE, Junta de Andalucía, Cordoba.
- DUARTE, F.; JONES, N, LÚCIO, C., 2004– **Tipologia e Funções dos Sistemas de Produção Olivícola em Trás-os-Montes**, IV Congresso Nacional de Economistas Agrícolas, Universidade do Algarve, Faro, Novembro
- EUROSTAT, 2003 - **The Olive Oil and Table Olives Sector**, Working paper of the Directorate-Generale for Agriculture, France.
- FAO, 1975 – **Manuel d’Oleotechnie**, Organisation des Nations Unies pour l’Alimentation et Agriculture, Rome.
- FONTANAZZA, G; CAPPELLETTI, M; CIMATO, A., IACOBONI, N.; LOUSSERT, R., TRIGUI, A., 1998 – **Aspectos Genéticos e Técnicas de Propagação para Cultivo Intensivo**, in COI – **Enciclopédia Mundial da Oliveira**, COI, 113-144
- GARCIA, A. G., 2005 – **Cultivo Moderno do Olival**, Colecção Euroagro, Publicações Europa-América, Lda.
- GOUVEIA, J., 1990 – **A azeitona que produzimos**, O País Agrícola, 7 (81): 18-19.
- GOUVEIA, J, 1995 – **Azeites Virgens do Alto Alentejo, Comportamentos Químico, Tecnológico e Sensorial**, Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- GOUVEIA, J., 1999 – **As Características Organolépticas dos Azeites Virgem**, Lavoura Moderna, 98-99: 32-36.

- GOUVEIA, J., 2004 – **No Fio do Azeite**, Centro de Informação do Azeite, Comissão Europeia.
- G.P.P., 2007 a – **Estratégia Nacional, Fileira do Azeite e da Azeitona de Mesa 2007-2013**, comunicação apresentada no Salão Nacional do Azeite, Santarém
- GPP, 2007 b – **PDR, Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013**, Gabinete de Planeamento e Políticas, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa.
- GPP, 2007 c – **Olivicultura, Diagnóstico Sectorial**, Gabinete de Planeamento e Políticas, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Fevereiro, Lisboa.
- INE, 2005 – **Estatísticas Agrícolas 2004**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE, 2006 a – **Estatísticas Agrícolas 2005**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE, 2006 b – **Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas 2005**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE, 2007 a – **Estatísticas Agrícolas 2006**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE, 2007 b – **Portugal Agrícola 1980 – 2006**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INNOLIVA, SD – **Innovamos en olivar, Invertimos inactivos con valor creciente**, www.innoliva.com
- MAIA, J., BOTETA, L., GUERREIRO, C., 2007 – **Estudo da Adaptabilidade ao Sistema Produção Superintensivo em Olea europea L., Cvs. Galega Vulgar e Cobrançosa**, II Congresso Nacional de Rega e Drenagem, Fundão, Junho.
- NAVARRO, C., PARRA, M.A., 2001 – **Plantación** in BARRANCO, D., FERNANDEZ-ESCOBAR, R., RALLO, L. – **El Cultivo del olivo**, Ediciones Mundi-Prensa, Coedición Junta de Andalucía, Consejería de Agricultura y Pesca.
- NUNES, A.M.F.B.C., 2005 – **A Olivicultura em Trás-os-Montes: Contributo para o Delineamento de Cenários de Evolução**, Dissertação de Mestrado em Olivicultura, Azeite e Azeitona de Mesa, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- SANTOS, F. L., VALVERDE, P., REIS, J., RAMOS, A., CASTANHEIRA, N., 2007 – **Rega Deficitária Controlada de Olival Tradicional Convertido ao Regadio** – II Congresso Nacional de Rega e Drenagem, Fundão, Junho.

-
- SARAIVA, J.H., 1987 – **História de Portugal: 1640 – Actualidade**, Publicações Alfa, 3.
- TODOLIVO, S.D. – **Sistema Todolivo “Olivar en Seto”, El Moderno y Genuino Cultivo de Olivar en Seto**, Todolivo, Córdoba.
- TOUS et al, in MAIA, J., BOTETA, L., GUERREIRO, C., 2007 – **Estudo da Adaptabilidade ao Sistema Produção Superintensivo em Olea europea L., Cvs. Galega Vulgar e Cobrançosa**, II Congresso Nacional de Rega e Drenagem, Fundão, Junho.